

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**VICTÓRIA HAYDÉE BRONZATTE TEIXEIRA MALVAZI**

**AGROINDÚSTRIA E OS IMPACTOS NAS TRADIÇÕES ALIMENTARES DOS  
GUARANI KAIOWÁ EM DOURADOS - MS**

**DOURADOS, MS**

**2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**VICTÓRIA HAYDÉE BRONZATTE TEIXEIRA MALVAZI**

**AGROINDÚSTRIA E OS IMPACTOS NAS TRADIÇÕES ALIMENTARES DOS  
GUARANI KAIOWÁ EM DOURADOS - MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia. Orientadora: Profa. Dra. Aline Castilho Crespe.

**DOURADOS, MS**

**2023**

**VICTÓRIA HAYDÉE BRONZATTE TEIXEIRA MALAVAZI**

**AGROINDÚSTRIA E OS IMPACTOS NAS TRADIÇÕES ALIMENTARES DOS  
GUARANI KAIOWÁ EM DOURADOS - MS**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Aline Castilho Crespe (Orientadora)

---

Prof. Dr. Diógenes Egídio Cariaga

---

Profa. Dra. Maria Gabriela Guillén Carías

**DOURADOS, MS**

**2023**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

M239a Malavazi, Victória Haydée Bronzatte Teixeira  
AGROINDÚSTRIA E OS IMPACTOS NAS TRADIÇÕES ALIMENTARES DOS  
GUARANI KAIOWÁ EM DOURADOS - MS [recurso eletrônico] / Victória Haydée  
Bronzatte Teixeira Malavazi. -- 2023.  
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Aline Castilho Crespe Lutti.  
Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade Federal da Grande Dourados,  
2023.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:  
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Guarani-Kaiowá. 2. Agroindústria. 3. Dourados. 4. Hábitos Alimentares. 5. Território.  
I. Lutti, Aline Castilho Crespe. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

# ATA DE DEFESA



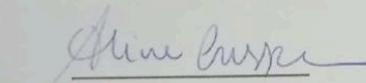
Ministério da Educação  
Universidade Federal da Grande Dourados  
PROPP - Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa

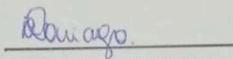


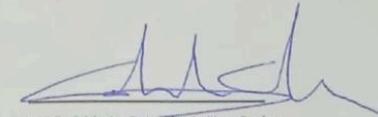
ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado APRESENTADA POR VICTÓRIA HAYDÉE BRONZATTE TEIXEIRA MALAVAZI, ALUNA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "ANTROPOLOGIA SOCIOCULTURAL".

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às treze horas e trinta minutos, em sessão pública, realizou-se na Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada " **PRODUÇÃO ALIMENTAR, AGROINDÚSTRIA E OS IMPACTOS NA DIETA GUARANI KAIOWÁ** ", apresentada pela mestranda Victória Haydée Bronzatte Teixeira Malavazi, do Programa de Pós-graduação em Antropologia, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Prof.ª Dr.ª Aline Castilho Crespe Lutti/UFGD (presidente/orientadora), Prof. Dr. Diogenes Egidio Cariaga/UEMS (membro titular interno), Prof.ª Dr.ª Maria Gabriela Guillen Carias/UFGD (membro titular externo). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer à candidata e aos integrantes da banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após a candidata ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido a candidata considerada APROVADA. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Dourados/MS, 15 de dezembro de 2023.

  
Prof.ª Dr.ª Aline Castilho Crespe Lutti  
Presidente/orientadora

  
Prof. Dr. Diogenes Egidio Cariaga  
Membro Titular Interno

  
Prof.ª Dr.ª Maria Gabriela Guillen Carias  
Membro Titular Externo

(PARA USO EXCLUSIVO DA PROPP)

ATA HOMOLOGADA EM: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, PELA PROPP/ UFGD.

Dedico esse trabalho ao meu avô João Alves Teixeira (*in memoriam*), a Higino Gomes Duarte (*in memoriam*) e a Aparecida do Carmo Gomes Duarte (Tia Cida) que nunca mediram esforços para me fornecer alimento para o corpo e para a alma.



Da direita para a esquerda: João Alves Teixeira, Higino Gomes Duarte e Aparecida do Carmo Gomes Duarte.

## **RESUMO**

Esta dissertação investiga etnograficamente como as alterações no sistema produtivo capitalista, especialmente na relação campo-cidade, promovidas nas últimas décadas oportunizaram a criação do atual do complexo agroindustrial de Dourados, MS. A partir disso, averiguou como essas transformações impactam o acesso alimentar da etnia Guarani-Kaiowá bem como sua relação cultural com os alimentos e por consequência ao território, elementos indispensáveis para produção de seu modo de vida tradicional. Pretende-se também observar quais as estratégias e enfrentamentos que a comunidade Guarani-Kaiowá traça para garantir seu sustento alimentar.

**Palavras-chave:** Guarani-Kaiowá. Agroindústria. Dourados. Hábitos Alimentares. Território.

## **ABSTRACT**

This master thesis explores ethnographically how changes in the capitalist productive system, especially in the rural-city aspect, promoted in recent decades have led to the creation of the current agro-industrial complex in Dourados, MS. From this, we investigated how these transformations impact the food access of the Guarani-Kaiowá ethnic group as well as their cultural relationship with food and consequently the territory, essential elements for the production of their traditional way of life. It is also intended to observe what strategies and confrontations the Guarani-Kaiowá community draws up to guarantee their food sustenance.

**Key-words:** Guarani-Kaiowá. Agro-industrial. Dourados. Eating habits. Territory.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	<b>5</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>6</b>
<b>Lista de imagens</b>	<b>8</b>
<b>Lista de tabela</b>	<b>9</b>
<b>Lista de siglas e abreviaturas</b>	<b>10</b>
<b>Introdução</b>	<b>11</b>
<b>1. Os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul</b>	<b>18</b>
1.2. A chegada dos <i>karaí</i> e as transformações sociais	21
<b>2. Agroindústria no Mato Grosso do Sul e as relações de trabalho</b>	<b>34</b>
2.1 O trabalho das e dos Kaiowá e Guarani na pandemia de COVID 19	34
2.2 O setor agroindustrial no município de Dourados, MS	38
2.2. Frigoríficos: linha de produção e relações de trabalho	41
<b>3. Transformações na dieta e alternativas Guarani e Kaiowá</b>	<b>51</b>
3.1. Produzindo diversidade: os Guarani e Kaiowá, as roças e as sementes	56
<b>Considerações Finais</b>	<b>71</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>76</b>

## Lista de imagens

Imagem 1: Localização das aldeias Bororó e Jaguapirú no município de Dourados-MS.....	23
Imagem 02: Cajetano Vera com representante da Prefeitura Municipal de Dourados em reportagem sobre o Banco de Sementes.....	62
Imagem 03: Imagem 3: Milho saboró plantado perto de uma estrada.....	64

## Lista de tabela

Tabela 1: Dados organizados a partir das informações fornecidas pelo INSS (2022)  
sobre CAT registradas em Mato Grosso do Sul  
.....45-46

## Lista de siglas e abreviaturas

ABRAFRIGO	Associação Brasileira de Frigoríficos
CAND	Colônia Agrícola de Dourados
CAT	Comunicado de Acidente de Trabalho
CIA	Companhia
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNAE	Classificação Nacional das Atividades Econômicas
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DORT	Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISA	Instituto Socioambiental
LER	Lesões por Esforço Repetitivo
MP	Ministério Público
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PL	Projeto de Lei
PT	Partido dos Trabalhadores
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSD	Partido Social Democrático
RAJ	Retomada Aty Jovem Guarani Kaiowa
RID	Reserva Indígena de Dourados
SINDAVES	Trabalhadores das Indústrias de Carnes e Aves de Sidrolândia
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPILTN	Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

## **Introdução**

O objetivo desta pesquisa é observar como a formação do complexo agro-industrial de Dourados impactou, e impacta, o acesso ao território dos povos Guarani Kaiowá e por consequência o acesso a alimentação de qualidade. Para isso, investigou como as transformações do sistema capitalista nas últimas décadas moldaram as relações produtivas estabelecidas no campo até os dias atuais, transformando a produção alimentar em uma indústria lucrativa e internacional. Dentro dessa chave, considero os frigoríficos e a monocultura como elementos centrais na agenda econômica do agronegócio, atividade que carrega esse nome justamente por seu teor comercial.

Inicialmente, a pesquisa pretendia avaliar como a presença de trabalhadores das etnias Guarani e Kaiowá nos frigoríficos de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul, impactam seus hábitos alimentares. Portanto, a pesquisa de campo deveria ser executada entre os Guarani e Kaiowá da região a fim de mapear o entendimento da comunidade sobre a comensalidade e estabelecer contato com trabalhadores da indústria frigorífica. Também era de interesse da pesquisa, acessar uma unidade frigorífica para compreender com detalhes o funcionamento da linha de produção. Entretanto, estes objetivos foram inviabilizados pela pandemia de Covid-19, que impossibilitou o desenvolvimento da pesquisa como planejado. Neste contexto, foi preciso redefinir os objetivos.

A pesquisa que iria ser feita junto aos coletivos Guarani e Kaiowá, observando os impactos da comensalidade no cotidiano das parentelas, precisou ser realizada a distância assim como a investigação a respeito do funcionamento da linha de produção frigorífica. Portanto, para continuar pensando a temática proposta, foi fundamental levantar dados através de etnografias escritas por pesquisadoras e pesquisadores Guarani e Kaiowá, que realizam discussões sobre como era a dieta antes das chegadas das frentes de colonização e as transformações ocasionadas a partir desse contato.

Em ocasião das circunstâncias apontadas, pretendia avaliar os impactos nos hábitos alimentares da comunidade Guarani e Kaiowá a partir da chegada das frentes de colonização, com foco nas transformações produzidas pela agroindústria.

Embora esse objetivo tenha sido cumprido, a pesquisa e a construção desse trabalho demonstrou que o impacto causado pela agroindústria no modo de vida Guarani-Kaiowá vai além da alimentação. Dentro da cosmologia da etnia, os aspectos de suas vivências e cotidiano estão integrados e portanto é impossível desvincular sua capacidade de suprir as necessidades físicas e biológicas, como a alimentação, da nutrição da comunidade enquanto identidade e cultura. Esses fatores, por sua vez, estão intimamente relacionados com o acesso ao território tradicional, sendo este precisamente o objeto de ataque e desejo do Capital materializado aqui no agronegócio.

Para compreender essa situação foi preciso considerar os processos históricos que os Guarani e Kaiowá foram inseridos, em especial a espoliação de terras e o confinamento nas reservas indígenas criadas pelo Estado, a proximidade com os centros urbanos e a necessidade do trabalho assalariado. Para essa pesquisa interessa conhecer como a agroindústria têm impactado os coletivos indígenas na Reserva Indígena de Dourados (RID). Pretende-se também observar as estratégias Kaiowá e Guarani para garantir o acesso a comida e preservar suas tradições alimentares frente ao assédio do agronegócio sobre seus territórios.

Sobre os processos históricos, as comunidades indígenas que vivem no atual estado do Mato Grosso do Sul foram impactadas pela chegada de diferentes agentes colonizadores (CRESPE, 2015). A primeira frente de colonização que vai impactar significativamente a vida das comunidades é a empresa Cia Matte Laranjeira, fundada em 1892, com o objetivo de explorar os ervais da região.

Com apoio do Estado, Thomas Laranjeira, dono da CIA, arrendou as terras que atualmente correspondem ao sul do Mato Grosso do Sul, para explorar os ervais e utilizou mão de obra indígena e paraguaia nesse processo (INSFRAM, 2021). Conforme demonstra o antropólogo Antônio Brand (1997), embora o território não tenha sido afetado de imediato, visto que a Cia não era proprietária das terras, os impactos ao modo de vida indígena já são notados devido ao deslocamento das famílias para realizar as atividades da companhia desarticulando seus modos de organizações sociais.

Antes do contato com os brancos, os povos indígenas do atual MS viviam em seu território tradicional, denominado pelos Guarani e Kaiowá como *tekoha*. O antropólogo Levi Marques Pereira (2004) apresenta o *tekoha* a partir das redes de solidariedades estabelecidas entre parentelas. Para viver essas relações, as famílias

dependem do território, local onde é possível produzir e reproduzir seu modo de viver em todas as esferas da vida. Assim, no *tekoha* era possível viver entre parentes e alimentar-se através dos recursos das florestas e rios, da caça, pesca, coleta e atividade agrícola, bem como estabelecer moradia e praticar as atividades ritualísticas. Como o território era extenso e os recursos abundantes, cada família conseguia administrar suas necessidades e manter sua autonomia política e econômica.

Embora a Cia Matte Laranjeira não fosse proprietária das terras que explorava, o desenvolvimento da companhia e expansão de suas atividades contou com o apoio do Estado que, através da criação, em 1910, do Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPIILTN), transformado posteriormente em SPI, inicia o processo de colonização da região. O objetivo do SPI era retirar as famílias indígenas de seus territórios tradicionais, de forma a liberar espaço para titulação de terras a terceiros. No sul do atual Estado de MS, que na época era o Estado de Mato Grosso, o SPI criou oito reservas com o objetivo de confinar a população indígena em seu interior. As reservas são espaços infinitamente menores do que os territórios tradicionais indígenas e não permitem o desenvolvimento pleno de seu modo de vida.

Os povos indígenas sempre trabalharam, o que é bastante óbvio, visto que eles executam atividades das mais diversas para se alimentar e manter suas comunidades. Entretanto, esse trabalho não tinha nada a ver com o trabalho assalariado, conceito particular do mundo capitalista. O trabalho assalariado capitalista consiste em desenvolver atividades que serão remuneradas em forma de dinheiro para que o empregado possa comprar os itens necessários a sua sobrevivência, itens esses que ele não é capaz de produzir pois não possui os meios de produção. No modo de vida indígena, essa lógica não faz sentido, visto que eles possuíam a posse do território e recursos abundantes que os permitam viver de maneira abastada e autônoma. Dessa maneira, quando são privados de seus territórios, se veem obrigados a recorrer ao trabalho assalariado e, por consequência, à alimentação comprada na cidade, impactando significativamente em suas práticas alimentares seja pela oferta, tipo, qualidade ou disponibilidade.

As terras indígenas começaram a ser efetivamente tituladas a particulares a partir da década de 1940, por meio do programa Marcha para o Oeste, durante o governo de Getúlio Vargas. A iniciativa tinha por objetivo “povoar” regiões vistas

como “despovoadas”, noção que ignorava completamente a presença indígena. Na região que corresponde atualmente a grande Dourados é instalada a Colônia Agrícola de Dourados (CAND), com o objetivo de fomentar a abertura de novas fazendas e instalar colônias agrícolas. A Colônia promoveu o desmatamento de áreas que seriam destinadas para agricultura e pecuária e contribuiu para o acirramento do confinamento dos povos indígenas. Ondas de imigrantes chegam à região nesse período atraídas pelos preços baixos das terras que eram loteadas e vendidas pelo Estado.

No decorrer da história do MS, a região tornou-se um polo do agronegócio no país, com destaque na produção de soja, bem como nas indústrias de álcool e que, assim como a Matte Larangeira, utilizam extensivamente a mão de obra indígena. Especificamente, nas últimas duas décadas, o MS continua a se dedicar a produção de cana e soja, mas também tem crescido a criação e abate de bovinos. Como consequência, a indústria frigorífica tem se instalado extensivamente no território a fim de garantir o abate, processamento e comercialização do gado. Assim, a instalação desse complexo agroindustrial, que aponta para o fortalecimento do agronegócio, beneficia-se por um lado da utilização das terras e por outra da força de trabalho confinada nas reservas indígenas.

É dentro desse contexto que a proposta dessa pesquisa se desenvolve. A partir da desterritorialização, situação de instabilidade territorial enfrentada pelos povos indígenas que tem como consequência a perda do controle sobre o território e da autonomia da comunidade exigindo que o modo de vida seja reconfigurado para se adequar a situação imposta (PEREIRA, 2018), os povos indígenas tornam-se cada vez mais dependentes do trabalho assalariado para sobreviver. A necessidade de dedicar-se ao trabalho assalariado, por sua vez, dificulta a produção alimentar dentro das comunidades e gera maior dependência dos alimentos comprados na cidade.

Esse trabalho é construído a partir de pesquisa bibliográfica em dissertações, teses e artigos científicos localizado majoritariamente em repositórios online de universidades, bem como em sites oficiais como os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Utilizo também notícias veiculadas em jornais para analisar e levantar dados pertinentes.

Durante a elaboração desta dissertação, algumas dificuldades impediram que o trabalho de campo fosse realizado. No início do ano letivo da turma do Mestrado

em Antropologia de 2020 da UFGD, da qual faço parte, fomos surpreendidos pela pandemia de COVID-19 e, por isso, as aulas presenciais foram canceladas. As atividades foram retomadas, de maneira online, cerca de um ano depois. Também por conta do distanciamento social requerido para conter a disseminação da COVID, a pesquisa em campo em contato direto com os indígenas e/ou dentro de unidades frigoríficas, como era a intenção inicialmente, também foi vedada. Somado a isso, a falta de bolsa para desenvolvimento de pesquisas na pós-graduação, situação decorrente dos cortes orçamentários para as áreas de humanidades no governo Bolsonaro, não permitiu dedicação total ao desenvolvimento da dissertação (REVISTA EXAME, 2022).

Meu interesse pela antropologia começou na universidade com as aulas de antropologia da professora Aline Crespe, também minha orientadora no mestrado. Em uma de suas aulas, ela levou para a sala a antropóloga Yara de Cássia Alves, que havia recém concluído sua dissertação intitulada *A casa raiz e o voo de suas folhas: família, movimento e casa entre os moradores de Pinheiro-MG*. Ao apresentar seu trabalho e conversar com a turma, Yara despertou em mim não apenas o gosto pela antropologia, mas também a admiração pela etnografia, um método capaz de produzir trabalhos tão sensíveis, ricos e tocantes. Ouvindo Yara e posteriormente lendo sua dissertação entendi algumas situações pelas quais passei em minha vida pessoal e criei um laço com a disciplina que ia além de um simples gostar: agora tínhamos uma conexão emocional.

Desde a graduação, imaginei que durante o mestrado o momento em que estabelecesse o contato com a pesquisa de campo seria repleto de dores e delícias, mas enriquecedor. Meu desejo era construir um trabalho tão significativo como aqueles que li durante minha formação. Portanto, a impossibilidade de desenvolver a pesquisa de campo me frustrou como pesquisadora. A professora Grazielle Acçolini, que também ministrou disciplinas de antropologia durante minha graduação, dizia que não vamos a campo com o livro embaixo do braço, ou seja, embora a pesquisa tenha um direcionamento ao iniciar-se, é no campo, no contato, que os caminhos são trilhados. Diante da minha situação, pensava em como faria isso, no meio de páginas e palavras.

Alguns acontecimentos foram fundamentais para que eu pudesse vislumbrar um horizonte diante desse cenário. O primeiro deles foi a disciplina Tópicos Especiais II: Temas Atuais em Antropologia, ministrada pela professora Juliane

Bazzo. Nessa ocasião discutimos algumas maneiras possíveis de construir uma pesquisa em antropologia, além da clássica pesquisa de campo. A ajuda e paciência da minha orientadora também foram fundamentais para que eu finalmente conseguisse focar na conclusão do trabalho. Os materiais que li para compor essa dissertação também foram fonte de inspiração e coragem, pois cada página aviva os sentimentos que me fizeram enveredar por esse caminho.

Além disso, atravessei algumas mudanças de cidade durante os anos de 2020, 2022 e 2023, ou seja, durante o mestrado. Quando iniciei o curso residia em Dourados, mas após cerca de um ano me mudei para Naviraí, minha cidade natal. Após alguns meses me mudei para Maringá, no Paraná e retornei para Naviraí pouco tempo depois. Essas mudanças foram motivadas pela busca de trabalho na minha área de formação já que, também durante o mestrado, a empresa em que eu trabalhava foi fechada e portanto, fui demitida. A instabilidade financeira que infelizmente ainda me rodeia enquanto escrevo esse trabalho também influenciaram meu ritmo de produção, bem como minha motivação.

Na vida, o amadurecimento é uma ferramenta que nos ajuda a viver e a entender que sempre é possível fazer alguma coisa. Na universidade não é diferente, afinal de contas, foi apenas através da minha frustração que finalmente entendi que era capaz de produzir uma dissertação de qualidade e significativa, assim como as que li durante minha jornada até aqui.

Ademais, vivemos, e digo no plural porque evidentemente não fui a única afetada, a pandemia de COVID-19 exatamente durante meu período no mestrado. Essa situação atípica e terrivelmente mal administrada pelo governo Bolsonaro interferiu nas expectativas e projeções para o futuro de milhares de pessoas ao redor do mundo. Durante a suspensão das aulas devido a COVID-19, continuei indo ao campus regularmente para alimentar os gatos e confesso que ver aquele ambiente completamente vazio era assustador. Hora ou outra chegava a notícia de que uma das funcionárias da limpeza morreu de COVID-19, ou que algum professor estava internado, por exemplo. O dia de amanhã parecia muito incerto, inclusive para escrever uma dissertação. Há de se considerar que esse evento impactou na saúde mental e física dos estudantes, professores e todos os envolvidos na Universidade e que continuar aqui após um momento tão trágico já é uma grande vitória.

Para concluir, apresento um panorama dos capítulos que compõem essa dissertação. No primeiro capítulo, *Os Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul*, dedica-se a apresentar as etnias Guarani e Kaiowá e sua presença no Mato Grosso do Sul e Dourados, a fim de traçar um breve panorama histórico e cultural e compreender quais as dificuldades existem em relação à produção alimentar, bem como a necessidade do trabalho assalariado como medida necessária à sobrevivência dos indivíduos.

O segundo capítulo, *A Agroindústria no Mato Grosso do Sul e as Relações de Trabalho*, pretende demonstrar como o setor agroindustrial de Dourados se originou e se propagou pela região e os impactos nas relações de trabalho, sobretudo nas unidades frigoríficas. Por fim, no terceiro capítulo, *Transformações na Dieta e Alternativas Guarani e Kaiowá*, dedica-se a compreender os impactos alimentares observados na vida dos trabalhadores e famílias indígenas, as motivações econômicas promotoras dessas mudanças e quais as alternativas a comunidade encontrou para driblar as dificuldades.

## 1. Os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul

Na região de Dourados, Mato Grosso do Sul, residem as etnias Kaiowá e Guarani, povos pertencentes ao tronco tupi e falantes da língua guarani. Os Guarani, no Brasil, engloba três etnias, os Kaiowá, Ñandeva e o Mby'a. Segundo o antropólogo Levi Marques Pereira (1999), o atual MS era território tradicional dos ancestrais dos atuais Kaiowa. No Mato Grosso do Sul vivem também muitas famílias da etnia Ñandeva, que se autodenominam como Guarani e que foram deslocadas pelas frentes de colonização no início do século XX, principalmente por causa do trabalho na Companhia Mate Laranjeiras. Assim, a população Guarani no Estado de Mato Grosso do Sul se divide entre os Kaiowá e os Guarani, que será chamado neste trabalho de Guarani e Kaiowá. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) apontam que o Mato Grosso do Sul (MS) possui 53.900 pessoas autodeclaradas indígenas e, segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a população indígena do Centro- Oeste é a terceira maior do país sendo 56% dessa população reside no MS (FUNAI, 2021).

Os Guarani usam o termo che ypyky kuera para se referir aos descendentes com quem se compartilha a comida, a residência e as tarefas do dia, apontando para ideia de proximidade entre os membros. O antropólogo Levi Marques Pereira (2004) aponta que essa organização é semelhante à ideia de família nuclear, mas devido a necessidade de analisá-la dentro do contexto kaiowá, prefere "fogo familiar". O fogo familiar, por sua vez, existe como unidade dentro de um grupo mais extenso, é constituído por diversos fogos familiares, denominado família extensa ou parentela que são interligados por laços sanguíneos, afinidade ou política.

O fogo doméstico é uma organização composta idealmente pelo homem, esposa e filhos e filhas solteiros, podendo ou não agregar outros parentes a depender da situação. Um determinado núcleo familiar vive sob o mesmo fogo, ou seja, sob a mesma convivência íntima e contínua sendo que "o pertencimento a um fogo é pré-condição para existência kaiowá" (PEREIRA, 2016, p. 24). O fogo e seu domínio é um elemento central na vida Guarani-Kaiowá pois é através dele que é possível cozinhar, se aquecer, iluminar noites escuras, afugentar animais e, sobretudo, criar e fortalecer laços entre aqueles que permanecem ao redor de um

mesmo fogo. Nesse ambiente, as pessoas devem se sentir confortáveis e seguras, sendo que quando isso não acontece, há uma crise (PEREIRA, 2016).

A antropóloga Lauriene Seraguza Olegário e Souza (2023), em concordância com Pereira (2016), demonstra que um fogo doméstico conecta pessoas pela consanguinidade, afinidade ou alianças políticas. O relacionamento entre vários fogos forma as parentelas que por sua vez, ao se relacionarem, formam o tekoha. Seraguza (2023) destaca a importância das mulheres na manutenção do fogo doméstico. Nas assembleias de mulheres, por exemplo, elas acendem o fogo no chão e permanecem ao redor dele realizando suas atividades, entre elas a comensalidade. Portanto, o fogo doméstico sustenta as relações pois é ele que nutre o bom relacionamento entre os indivíduos, alimenta e é o embrião da estrutura política da etnia.

Desta maneira, aptas à produção e à transformação dos alimentos e de suas relações, os fogos domésticos são os módulos organizacionais cuja agregação formam as parentelas. Os fogos domésticos têm à frente as mulheres no cuidado das pessoas, seus corpos e espíritos, com a alimentação de todos os seres humanos e não humanos, com rezas-cantos e o cultivo de alimentos verdadeiros (SERAGUZA, 2023, p. 141).

A parentela também atua como elo econômico, visto que por meio dela há intensas trocas de bens e serviços, desempenha função política e determina o local de residência, já que ocupa parte do território e detém vasto conhecimento sobre ele. Conforme Levi, “a análise do parentesco kaiowá nos permite afirmar que viver na parentela -te 'yi é a condição para a realização do modo de ser -teko” (PEREIRA, p. 92, 1999).

O tekoha ocupa importância central para o desenvolvimento do modo de vida Kaiowá. Brand (1998, p. 23) determina que o tekoha é a “unidade territorial fundamental para a continuidade do seu modo (*indígena*) de ser é o espaço ocupado por cada aldeia. É esta aldeia, enquanto *tekoha*” o local onde os povos indígenas vivem e praticam seus costumes. Entende-se que o tekoha atua também como unidade político-religiosa, no qual as parentelas Guarani-Kaiowá vivem em concordância com sua cultura e organização social, ou seja, "A formação de um tekoha implica na reunião e cooperação entre várias parentelas - te'yi, aliadas ou aparentadas" (PEREIRA, p.99, 1999).

A variabilidade em termos de conformação social e política do te'yi e do tekoha permite pensar estas categorias compondo um sistema concêntrico de cooperação, no qual a cooperação perde força à medida que o círculo se amplia, além de mudar sua natureza: no centro é nitidamente econômica e caracteriza a relação entre um número restrito de fogos no interior da parentela; nas esferas intermediárias é política; e, no círculo mais amplo, é, fundamentalmente, religiosa (PEREIRA, p.106, 1999).

É dentro desse contexto da parentela que a alimentação dos Guarani-Kaiowá é produzida. Os Guarani-Kaiowá possuíam domínio sobre a agricultura e se alimentavam de uma extensa classe de animais como aves, mamíferos, répteis, além da coleta de vegetais e fungos. Dentre os cultivos estão cará, batata-doce, maky (batata-inglesa), ka'are, mandioca, milho e feijão e entre os produtos coletados estavam folhas, talos, rizomas, bulbos, raízes, brotos, sementes e dupras além do domínio de técnicas para cozimento e conservação dos alimentos como assar, ferver, tostar e moquear. (NOELLI apud VIUDES, 1993, p. 230).

A professora e doutora em demografia, Rosa Colman (2007) demonstra que os povos indígenas possuíam domínio da agricultura que era praticada de maneira itinerante, ou seja, após alguns anos de plantio agrícola em um mesmo local, deixava-se a terra descansar e se regenerar. A rotatividade das culturas evitava a degradação do solo já que a mudança da área de produção de um local para outro conforme determinada quantidade e tempo permitia que o solo se recuperasse.

No uso do espaço pelos Kaiowá e Guarani, a questão da agricultura é um aspecto importante. Inicialmente, é necessário reforçar a ideia de que os Kaiowá e Guarani sempre foram e são agricultores, profundos conhecedores dos ciclos da terra, dos melhores solos, das variedades de produtos, como tipos de mandioca, feijão, de abóbora e de milhos (COLMAN, 2007, p. 112).

O antropólogo Marshall Sahlins (1972) em *A sociedade Afluente Original* aponta que as sociedades indígenas eram abundantes e produziam alimentos em grandes quantidades. A organização e produção alimentar distribuídas em atividades como a caça, pesca, agricultura e coleta de alimentos eram constantes, mas havia muito tempo livre para descanso e lazer. Ao contrário das sociedades capitalistas, a preocupação não era em acumular alimentos ou outros bens e sim prover o necessário. Dessa forma “se tinham boas colheitas em determinado dia, normalmente descansavam no dia seguinte...” (SAHLINS, 1972, p.12) e “uma

mulher coleta comida suficiente para alimentar a família durante três dias, e o resto do tempo gasta descansando na aldeia, fazendo enfeites, visitando outros locais ou entretendo visitantes de outras aldeias”. (SAHLINS, 1972, p. 15). A análise de que a maneira de viver dos povos originários é abundantes parte de uma visão imersa nos conceitos capitalistas que considera riqueza sinônimo acumulação. A situação de escassez alimentar enfrentada pelos Guarani e Kaiowá é consequência direta do processo de colonização ao qual foram submetidos e não por uma incapacidade de sua organização social produzir alimento.

A terra e a liberdade de locomoção pelo território é de extrema importância para a produção alimentar. As matas e os rios são fontes para coleta de alimentos e caça, assim como a terra é imprescindível para a agricultura. Os povos originários citados por Sahlins, assim como os Guarani Kaiowá, se locomoviam sempre que consideravam que aquele espaço em que se instalaram já não era mais capaz de sustentá-los, assim, a terra era capaz de se renovar. Considerando essa necessidade, era mais um estorvo do que uma vantagem construir grandes e complexas casas ou ter muitos objetos para carregar quando a necessidade da mudança chegasse.

## **1.2. A chegada dos *karaí* e as transformações sociais**

Os Kaiowá e Guarani no MS costumam se referir à população não indígena como Karaí, que também são também chamados de “brancos”. A chegada dos não indígenas no atual Estado de Mato Grosso do Sul ocorreu, principalmente, depois da Guerra da Tríplice Aliança. A Guerra do Paraguai, que aconteceu entre os anos de 1864 a 1870, foi um conflito armado em um dos tantos estágios do desenvolvimento imperialista na América Latina. Não é a intenção deste trabalho esmiuçar os detalhes deste conflito, mas é importante compreender que superpotências imperialistas, como a Inglaterra, buscavam desestabilizar a economia paraguaia a fim de abrir o país para as políticas de livre comércio ou *free trade*. Assim, Brasil, Argentina e Uruguai, que já possuíam empréstimo com bancos ingleses, portanto, uma dívida, formam a Tríplice Aliança contra o Paraguai. Ao final da Guerra, novos limites entre Brasil e Paraguai foram demarcados, mas os indígenas que viviam nessas fronteiras não foram consultados a respeito, figurando por fora do processo, ou seja, seus territórios foram divididos de maneira violenta e compulsória. (CRESPE, 2015; AMAYO, 1995).

A pós-guerra marca também um período conflituoso no que diz respeito às frentes colonizadoras que pretendiam “povoar” a região do então sul do Mato Grosso - a divisão dos Estado Mato Grosso e Mato Grosso do Sul se deu bem posteriormente, em 1977. A distância entre a capital do estado, ou seja, a sede do governo, dificultava o controle dos conflitos causados pela posse das terras entre colonos vindos do sul do país, em razão da Revolução Federalista (1893-1895), e os povos que já residiam na região (CRESPE, 2015).

Com o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870) quando Thomás Laranjeiras e sua expedição percorreram o território que hoje é o Mato Grosso do Sul a fim de arrendar terras e explorar a erva mate. A possibilidade de navegar através do Rio Paraguai até a Argentina, principal mercado consumidor da erva-mate, fomentou esse mercado e resultou na abertura da primeira sede da Companhia Matte Larangeira em 1877, propriedade de Thomás Larangeiras, no Paraguai. Em 1890, através do Decreto nº 520 assinado por Marechal Deodoro da Fonseca, o Governo Federal concede a exclusividade da exploração e comercialização dos ervais da região. Embora a CIA utiliza de mão de obra indígena e paraguaia para realizar os trabalhos de extração e processamento da erva mate, as famílias indígenas ainda conseguiam reproduzir seu modo de vida visto que a companhia não reivindicava a posse das terras, cenário que mudará drasticamente no decorrer dos anos e com a abertura das primeiras fazendas de gado alguns anos depois (INSFRAM, 2021). Apoiado por banqueiros Thomás Larangeiras possuía uma empresa grandiosa e bem estruturada, focada em extrair os ervais, processar e comercializar por meio de estrutura própria (QUEIRÓZ, 2010; SCHADEN, 1974).

Foi, efetivamente, com os capitais aportados pelo banco que a Companhia Matte Larangeira pôde expandir sua infra estrutura e sua produção e, em seguida, seus lucros. [...] As rendas provenientes da economia ervateira, em fim, chegaram a ser muito significativas no conjunto da receita do estado, embora fossem relativamente baixos os valores cobrados da CML sobre o arrendamento dos ervais e a exportação do produto (QUEIROZ, p. 137, 2010).

No início do século XX, através do Decreto nº8.072 de 1910, é criado o “Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionaes” (SPILTN), que em seguida passa a apenas Serviço de Protecção aos Índios (SPI). Dentre suas atribuições, o órgão tinha o objetivo de “prestar assistencia aos indios

do Brazil, quer vivam aldeados, reunidos em tribus, em estado nomade ou promiscuamente com civilizados” (BRASIL, 1910).

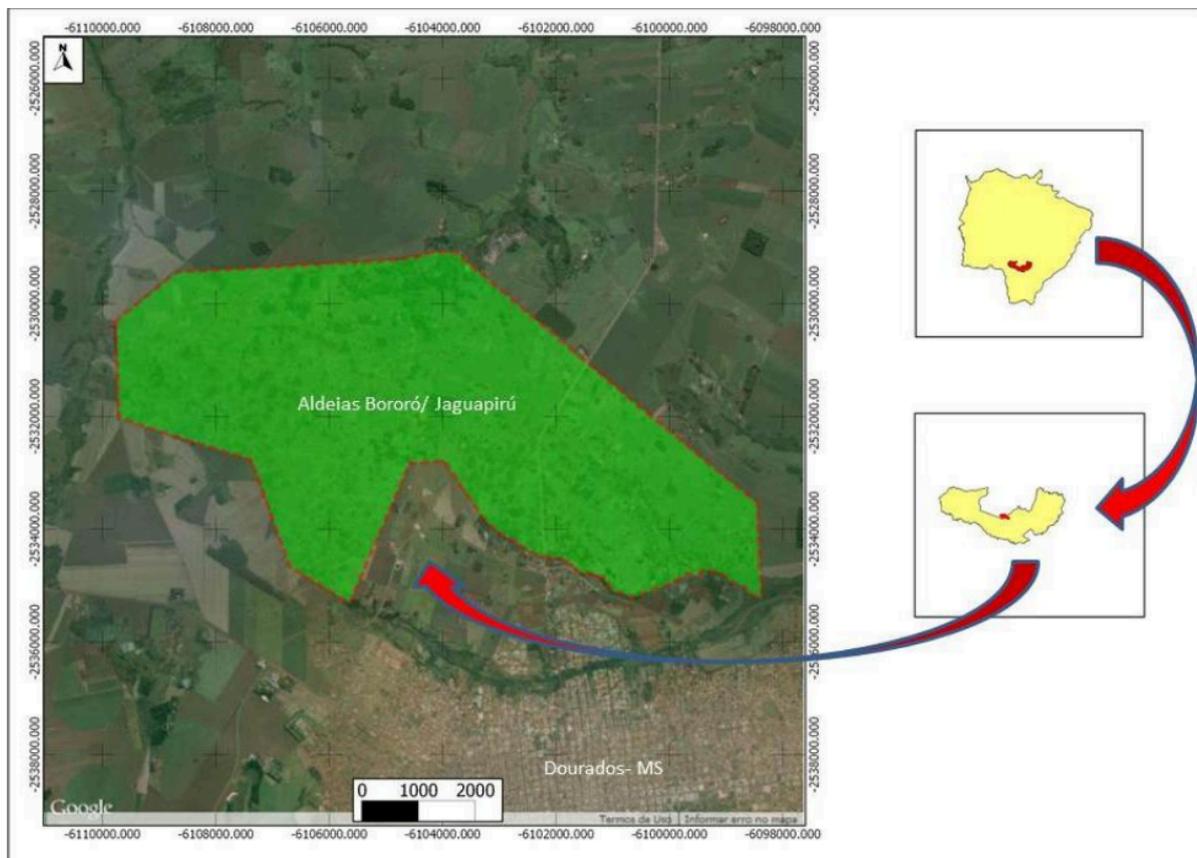
O SPI seguia os ideais de Marechal Cândido Rondon, responsável pela colonização do Mato Grosso, acreditava que os povos indígenas deveriam abandonar seu modo de vida e adentrar no modo de vida da sociedade não-indígena e para isso, necessitavam de ajuda do Estado. Essa noção criou uma visão paternalista sobre os povos indígenas e a ideia, que persiste até hoje, de que sua forma de viver é ultrapassada e portanto, deve ser superada. A real intenção por trás desse conceito era promover o desgaste do modo de vida tradicional a fim de incorporar os povos indígenas à massa trabalhadora assalariada.

As primeiras reservas indígenas foram criadas entre 1915 e 1928 e tinham por objetivo limitar as áreas às quais os povos indígenas poderiam ter acesso. Em Dourados, a Reserva Indígena (RI), ou Posto Francisco Horta Barbosa, foi criada em 1917, pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) através do Decreto Estadual nº 401. Entretanto, o título de propriedade das terras foi expelido apenas em 1965, ou seja, 48 anos depois, além de ter sido registrada com apenas 3.539 hectares quando a proposta inicial correspondia a 3.600 hectares (JUNIOR, 2010; INSFRAM, 2021). Em reportagem divulgada em 2021 pelo Jornal Dourados News, é informado que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) determinou a abertura de investigação para verificar o que aconteceu com os 61 hectares subtraídos da reserva (BENTO, 2021) que aparentemente foram incorporados por fazendeiros locais.

Segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA), atualmente a Reserva de Dourados é composta pelas etnias Guarani, Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva e Terena com uma população de 15.023 pessoas, de acordo com dados do último levantamento de 2014 (ISA, s.d). A reserva, que é bastante próxima aos limites do município, se divide entre as aldeias Jaguapiru e Bororó organizadas e administradas por lideranças políticas indígenas.

As reservas eram estabelecidas pelo Estado tinham por objetivo confinar os povos indígenas de maneira a transformá-los em trabalhadores assalariados, integrando-os à sociedade envolvente e liberando espaço para ocupação territorial de não indígenas. As terras supostamente esvaziadas foram redistribuídas para colonos que migraram para o Mato Grosso do Sul e dedicadas à abertura de

fazendas de gado. Note como esse processo preparou o cenário para a política de expansão agrícola que se desenvolveria a seguir e continua em expansão até hoje.



**Imagem 1:** Localização das aldeias Bororó e Jaguapirú no município de Dourados-MS

Fonte: SOARES; PEREIRA (2015, p.03).

O próximo passo em direção a ação exploratória do Mato Grosso do Sul, foi a criação, a partir do Decreto-Lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943, da Colônia Agrícola de Dourados (CAND), que tinha o objetivo de desfazer a hegemonia em relação à exploração de terras da Cia Mate Laranjeiras e promover a distribuição das terras conforme os interesses do Estado. As atividades da CAND se intensificaram a partir de 1950 com a política expansionista do governo Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, intitulada de Marcha para o Oeste, que tinha o propósito de explorar a região por meio da abertura de fazendas de gado. (BRAND, 1997; BRASIL, 1943).

A partir da década de 1950, conforme aponta a pesquisadora Márcia Mizusaki (2009), empresas privadas como a Companhia Viação São Paulo - Mato Grosso, Companhia Moura Andrade e Companhia Melhoramentos e Colonização S.A.

(SOMEÇO) iniciam um processo de venda de lotes a imigrantes das regiões Sul e Sudeste, principalmente, atividade que contribui para a produção e acúmulo de capital.

Na época, a região Sudeste passava por um processo de industrialização e urbanização e necessitava de matéria prima e produtos de gênero alimentício que, por sua vez, seriam fornecidos por meio do processo expansionista no Centro Oeste. O governo federal defendia a tese de que era preciso reforçar o domínio brasileiro nas fronteiras a fim de mitigar a presença paraguaia e fortalecer a nação, povoando as terras do sul do Mato Grosso através do "contingente nacional" (VIUDES, 2009). Portanto, esse território era entendido pelos governos federal, estadual e municipal como inabitados, ignorando a extensa presença indígena e, conseqüentemente, todo seu modo de vida. Esse processo garantiu a expansão e a consolidação do capital comercial nacional, sem o qual as etapas seguintes do capitalismo não se concretizaram (Misasuki, 2009).

Durante o monopólio da Cia Mate Laranjeira, ainda que as comunidades indígenas fossem exploradas no que diz respeito a utilização da sua mão-de-obra, era permitido que os grupos guaranis se mantivessem em seu território original, ou seja, ainda era possível, minimamente, reproduzir seu modo de vida. Com a implementação da CAND e a abertura das fazendas, esse cenário muda drasticamente, como exposto anteriormente, já que os indígenas são expulsos de seus territórios tradicionais e direcionados para as Reservas.

Como uma das medidas para atrair moradores para a região, o Governo do Estado passa a expedir títulos de propriedade de terras para os novos colonos através da Lei nº 87 de 20 de julho de 1948 (BRASIL, 1948) e por consequência induz os indígenas a se deslocarem para o interior das reservas criadas anteriormente pelo SPI. Essa fase inicial da abertura de fazendas corresponde ao esparramo, conforme o antropólogo Egon Schaden (1974) discute em seu trabalho *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. O esparramo é o dismantelo das famílias extensas indígenas e a conseqüente desconfiguração do seu modo de vida devido aos conflitos ocasionados pela colonização. As famílias extensas são rompidas e seus membros são, literalmente, espalhados pelo território, o que pode ser compreendido como um processo de desterritorialização. Para permanecer mais perto de seu tekoha, algumas comunidades indígenas não se deslocaram imediatamente para as reservas, permanecendo no fundo das fazendas (áreas com

mata remanescente). Entretanto, com o processo de mecanização das lavouras que se intensifica a partir da década de 50, a mão de obra indígena é dispensada e são coagidos, mais uma vez, a se encaminhar para as Reservas.

As Reservas não levam em consideração os territórios originalmente ocupados pelas Guarani Kaiowá (BRAND, 2004) que foram arbitrariamente e compulsoriamente realocados pelo Estado em quantidades limitadas de terra que além de insuficientes para a reprodução de seu modo de vida tradicional, também não respeitava a noção de *tekoha*. Esse processo é denominado por Brand (1998) como confinamento pois representa, como a palavra sugere, o enclausuramento da população indígena em um espaço reduzido e que não supre suas necessidades. Brand comenta que o confinamento é um

[...] processo histórico de concentração da população Kaiowá/Guarani dentro das reservas demarcadas até 1928, após a destruição de suas aldeias e/ou a conclusão do processo de implantação das fazendas de gado e correspondente desmatamento do território tradicional. Este processo histórico de confinamento geográfico e cultural se acentua durante a década de 1970, com a mecanização da lavoura e correspondente ampliação do desmatamento do território tradicional Kaiowá/Guarani, como emerge no decorrer do texto (BRAND, 1998 p. 21).

O modelo de exploração econômica latifundiária visa exclusivamente a obtenção de lucro, enquanto que a agricultura indígena preocupa-se em suprir as necessidades da família extensa, contraste gerador de conflitos por representar interesses diametralmente opostos (VIUDES, 2009). Além disso, é extensamente documentada a degradação ambiental provocada pelas atividades agropastoris em larga escala promovidas pelo agronegócio como o desmatamento, a não rotatividade do solo e o envenenamento da terra e da água a fim de garantir o plantio repetitivo de certas culturas e a criação de gado. Pereira (2004), em sua tese de doutorado *Imagens kaiowá do sistema social e seu entorno*, demonstra como a degradação ambiental promovida pelo agronegócio afeta diretamente as comunidades indígenas. A extensa criação de gado requer grandes áreas limpas, assim como as plantações, cobertas de gramíneas para que os animais possam pastar e obter parte da sua alimentação. Eis um problema já que para obter grandes extensões de terra livre de vegetação é preciso limpá-las de alguma forma, que em geral é feito por meio do fogo, implicando na derrubada da mata nativa e na destruição do habitat natural de diversas espécies animais.

A superpopulação e a degradação ambiental são fatores que dificultam o desenvolvimento de atividades agrícolas dentro da RI e, por consequência, sua capacidade de se alimentar, o que leva os indígenas a buscar trabalho assalariado para sobreviver. Brand (2001) utiliza a palavra imposição ao se referir ao trabalho assalariado no contexto dos povos indígenas já que esse conceito, próprio das sociedades capitalistas, não existe dentro de seu modo de vida tradicional. Em concordância, Insfram *et al* (2019) argumenta que o trabalho assalariado percorre um caminho contrário a “cosmovisão guarani e kaiowá e as diversas práticas de relação social e de distribuição, redistribuição, reciprocidade e solidariedade vivenciadas no passado” (p. 3). Portanto, a situação apresentada é consequência da perda do território e desarticulação de sua economia tradicional baseada outrora na agricultura, coleta e caça.

A partir dos anos de 1960, as culturas de soja e de milho são extensamente exploradas como consequência das mecanização das lavouras e caminhou lado a lado com a implementação de sistema de energia elétrica, estradas, créditos subsidiados e incentivos fiscais ao agronegócio. Essa transformação modifica as relações econômicas transformando o capital comercial em capital industrial e financeiro e os grãos em *commodities*<sup>1</sup>. Na prática significa que os preços agora são regulados conforme as oscilações do mercado financeiro e os fatores por ele considerados como importantes para composição do preço como custo de produção mundial, clima e especulações, por exemplo (MISUSAKI, 2009).

Se para o cultivo de plantações é necessário território, a criação de gado para abate requer o mesmo conteúdo. A antropóloga Natacha Leal (2014), em sua tese intitulada *Nome aos bois: Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite*, demonstra como os zebus foram essenciais para a criação e fortificação do que adiante se tornaria a indústria frigorífica que conhecemos. Segundo Leal (2014), a raça zebu foi importada da Índia pela primeira vez em 1889, sendo que o primeiro indivíduo da espécie chegou ao Brasil em 15 de novembro, no exato dia da Proclamação da República. Após essa ocasião, diversos criadores da região de Uberaba, no estado de Minas Gerais, financiaram expedições à Índia para trazer novas espécimes ao Brasil, sendo que o grande marco das importações aconteceu

---

<sup>1</sup> Commodities, derivado da palavra inglesa commodity que significa mercadoria, são mercadorias em estado bruto, produzidas em larga escala e destinadas ao mercado externo. O preço varia conforme o mercado internacional e flutua conforme a oferta e demanda. Produtos como soja, café, milho e petróleo são alguns exemplos.

por volta da década de 1960 através de nomes como o uberabense Torres Homem Rodrigues da Cunha. Os bois trazidos da Índia, ao contrário dos de origem europeia que até então eram criados em pequena escala no país, se adaptaram melhor ao clima brasileiro devido a suas características físicas como a resistência ao calor e as pernas longas que os permitiam andar longas distâncias. A chegada e manipulação desses animais no país foi essencial para a pecuária extensiva no Centro - Oeste.

Leal (2014) aponta que o ideário e miscigenação do povo brasileiro, política adotada com vias de branquear a população é espelhada na história do zebu brasileiro provida por pecuaristas distantes dos grandes centros considerados desenvolvidos e “civilizados”. Nesse sentido, as elites econômicas e racial se convergiam.

Quando Cassiano Ricardo escreve a *Marcha para o Oeste* (1942), obra que inspira o projeto homônimo de Vargas (Bittar: 1999), a figura do bandeirante é valorizada em razão de sua capacidade de promover, ao avançar pelos sertões brasileiros, a convergência de um Brasil civilizado do litoral, com um Brasil nativo dos sertões (Pereira: 1997). Era disto que trata o nacionalismo do Estado Novo, um projeto de consolidação de uma nação concomitantemente integrada e purificada, que se afastava de doutrinas alienígenas e que casava a raça com o sertão. Criadores uberabenses, através da seleção do gado zebu, conseguiram promover esse casamento (LEAL, 2014, p. 277).

Um manual de zootecnia publicado em 1946 intitulado *O Zebu do Brasil - Como conhecê-lo, melhorá-lo, como empregá-lo*, de Oswaldo Affonso Borges, propõe que o gado vindo da Índia era a encarnação da figura do bandeirante por ser o único capaz de desbravar o sertão brasileiro e torná-lo habitável. Getúlio Vargas, presidente do Brasil durante o programa político denominado *Marcha para o Oeste*, era um entusiasta do gado zebu e é reconhecido entre os pecuaristas como um grande incentivador do Indubrasil (ou Induberaba) um tipo de bovino “mestiço” considerado uma raça brasileira (LEAL, 2014). Assim, a colonização foi feita não apenas por homens, mas também por bois, sob a égide de que algumas regiões, como o Centro-Oeste, eram consideradas inabitadas. Esse breve relato sobre a história do zebu no Brasil é importante para compreendermos como o incentivo do Estado bem como a chegada do gado indiano no país foi essencial para que a cultura do agronegócio e da agroindústria se desenvolvesse tal como a conhecemos hoje.

Se no início do século XX, criadores “triangulinos” eram afastados geograficamente e politicamente, a partir da década de 30, ao receberem incentivos estatais (fazendas experimentais, crédito rural), afinaram seus bois, os zebras, com um discurso modernizante de Estado-Nação. Operando

com as ideias de raça, dos trópicos e do bandeirantismo, estes espécimes passaram a ser as “máquinas animais” adaptadas às necessidades do Brasil (LEAL, 2014, p.289).

A partir de 1964, o território de Mato Grosso e Goiás passa a ser explorado extensivamente para abertura de fazenda de gado, sendo que o Governo Militar entusiasta dessa política por meio de incentivos fiscais e financiamentos do setor rural. Em 1972, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi criada com o objetivo de investir em “sementes, importadas da Austrália e da África, com vistas a produzir uma braquiária brasileira mais “encorpada” e resistente. Capaz de não só resistir ao clima, como engordar os rebanhos bovinos” (LEAL, 2014, p.53). O capim braquiária é uma espécie de gramínea utilizada para alimentar o gado que por ser nativa do continente africano caracteriza-se como uma espécie exótica. Por não ser originária do Brasil, essa espécie representa um perigo para a biodiversidade brasileira já que se propaga com muita rapidez por territórios como o do cerrado, onde sua adaptabilidade é alta. Em períodos de seca, o capim braquiária forma uma massa seca altamente inflamável que contribui para a propagação de incêndios gigantescos e de difícil controle (CALDAS, 2018; RODRIGUES, 2010).

Nesse momento, os registros dos livros se cruzam com a história da minha família. Meu falecido avô, João Alves Teixeira, o Zico como era conhecido, era funcionário do citado pecuarista Torres Homem Rodrigues da Cunha, e junto com Aparecida do Carmos Duarte, hoje com 88 anos, e seu falecido esposo Higino Gomes Duarte, estimados amigos da minha família, foram enviados a Naviraí, Mato Grosso do Sul, na época Mato Grosso, para abrir a fazenda Santa Marta de propriedade Cláudio Sabino Carvalho, genro de Torres Homem. Segundo conta tia Cida, como chamo carinhosamente Aparecida, a chegada dos bois a Uberaba foi festejada e anunciada com alegria já que prometia riqueza e abundância para a região. Ela relata também que meu avô lavou e cuidou desses bois que chegaram a Uberaba sujos de terra após a longa viagem da Índia até o Brasil. A citada fazenda Santa Marta e seu dono são conhecidos nacionalmente como criadores e leiloeiros de gado zebu, espécie que determinou os rumos que a criação do gado brasileiro seguiu. Meu avô, tia Cida de seu esposo, assim como muitos outros, eram apenas funcionários que cumpriam ordens e dependiam de seus empregos para se sustentar. Foi entrelaçado a essa história que meu avô dedicou sua vida a fazenda Santa Marta, onde morreu em 2011, após 39 anos de trabalho, pobre, sem ao menos ter

conseguido construir a casa que sonhou a vida toda. Minha avó, Cleonice Bronzatte Teixeira, e Tia Cida, se mudaram para a cidade em meados dos anos 80 para que os filhos pudessem estudar, já que a escola rural oferecia apenas até a quinta série, enquanto os maridos permaneciam na fazenda. Quando meu avô ainda era vivo, por volta dos anos 2010, a escolinha sequer existia mais, mas toda vez que passávamos na frente do terreno vazio onde ela esteve um dia, minha mãe dizia: Era aqui que eu estudava. Hoje compreendo que o desincentivo às escolas rurais foi calculado pelo Estado que, ao favorecer o agronegócio, forçou a população do campo para a zona urbana não apenas por esse motivo, mas por diversos outros. Uma vez na cidade, minha avó precisou trabalhar como doméstica e manicure para sustentar a família, já que a abundância alimentar da fazenda não os alcançava mais, além de continuar desempenhando o trabalho doméstico e reprodutivo. Como pesquisadora esse relato é importante para mim não apenas porque faz parte da minha história, mas também como constatação de como o processo de transformação do Centro-Oeste em benefício do agronegócio é recente e impactou drasticamente as relações entre as pessoas e o campo. Embora minha família não seja indígena, a marcha da acumulação capitalista os impossibilitou de ter uma vida digna e os empurrou para a cidade e para o trabalho assalariado.

As profundas transformações no campo no período pós anos 50 foram fortemente influenciadas pelo pacote político-ideológico denominado Revolução Verde. Conforme o Dicionário De Agroecologia e Educação (2021) demonstra, a Revolução Verde foi um processo que integrou o capital internacional por meio de multi e transnacionais e foi precisamente o evento responsável pela gênese do que conhecemos hoje como complexo agroindustrial.

A Revolução Verde foi um processo lento, não só de mudança técnica, mas sobretudo econômica e também cultural que impulsionou transformações na agricultura, associadas a um pacote tecnológico (fertilizantes, sementes, agrotóxicos e máquinas, (fármacos, rações, instalações, matrizes e reprodutores animais), que induziu a especialização produtiva (monocultivos e confinamentos e criação extensiva de animais) em grandes extensões de terra, com objetivo de exportação de matéria-prima. A agricultura foi subordinada à indústria e assumiu sua lógica na produção agropecuária, constituindo o que se denomina complexo agroindustrial. O processo da Revolução Verde só foi possível com o aporte de recurso público, consistindo numa aliança entre as elites industriais e agrárias, para realizar intencionalmente uma modernização conservadora, para desenvolvimento das relações capitalistas no campo, sem alterar as estruturas de poder e propriedade (DIAS, *et al*, 2021, p.63).

A grande promessa da Revolução Verde era produzir alimentos em maior escala para a população mundial crescente que atravessava em alguns locais do globo conflitos relacionados ao fim da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, o que observou-se foi o crescimento do plantio de apenas algumas culturas como soja e milho e a concentração fundiária e de renda nas mãos de alguns grupos e a devastação ambiental em diversos aspectos como a poluição por agrotóxicos e a regressão da biodiversidade (DIAS, *et al*, 2021). A Ditadura Civil-Militar brasileira, citada anteriormente, era entusiasta desse plano político e a fim de promover as transformações necessárias para sua consolidação fundou empresas como a Embrapa, implantou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), articulou as agências de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e promoveu um aparato educacional voltado ao favorecimento das políticas adotadas.

Na década de 1980, com o aumento das usinas de álcool e açúcar, a mão de obra indígena é novamente requerida. A falta de escolaridade e as discriminações de classe e gênero reservam aos indígenas inseridos no mercado de trabalho as piores remunerações e os postos mais precarizados (SCHADEN, 1974; ABRAMO, 2006). Devido às extensas jornadas de trabalho, no caso dos trabalhos de usinas sucroalcooleiras, em razão do plantio e coleta de cana-de-açúcar, os trabalhadores passam longos períodos de tempo fora de casa, desestabilizando as relações familiares e os impedindo de contribuir ativamente nas tarefas que dizem respeito a produção alimentar. É interessante notar que as gerações que nasceram dentro das RI possuem uma relação diferente com o território por não terem vivenciado o pleno desenvolvimento do modo de vida tradicional e por isso tendem a preferir o trabalho assalariado. Conforme apontado por Brand, "Impôs-se, progressivamente, o assalariamento, primeiro na colheita da erva-mate, depois nas derrubadas e no trabalho de implantação das fazendas de gado e, por fim, nas usinas de álcool" (BRAND, 1997, p. 263). Soma-se a isso, o trabalho nos frigoríficos, que aderem rapidamente a mão-de-obra indígena

A partir do processo de colonização e de desterritorialização das comunidades Guarani e Kaiowa sua maneira de produzir alimentos é drasticamente prejudicada. Chamorro (2008) aponta que o "empobrecimento da dieta Guarani só pode ser adjudicado à colonização. Esta não só significou perda de autonomia política e de complexidade social, mas também perda de variedade alimentar" (CHAMORRO, 2008, p. 42). Na Reserva Indígena de Dourados, a alteração nas práticas

alimentares introduziu alimentos processados como açúcar, óleo, pão, bolachas e enlatados. O consumo de carboidratos, gorduras e sódio aumentou e na contra mão, a ingestão de vitaminas, minerais e fibras, diminuiu. Essas alterações ocasionaram o surgimento de problemas alimentares como desnutrição, anemia, hipovitaminose A, obesidade, diabetes, hipertensão entre outras doenças associadas (JORGE, 2015). Além disso, a dificuldade de produção e de acesso à comida é responsável por altas taxas de desnutrição entre crianças indígenas (JÚNIOR, 2010). Por esses fatores, os Guarani-Kaiowá têm uma dieta monótona e de baixa qualidade nutricional, alimentando-se principalmente de mandioca, arroz e milho, produtos à base de amido e a presença de carne é excepcional.

Conforme demonstra o geógrafo David Harvey (2003) em seu livro *O Novo Imperialismo*, o sistema capitalista precisa expandir-se geograficamente a fim de se reproduzir. Para isso, é necessário criar comércio onde ainda não existe para alargar não apenas o consumo, mas também a exploração de recursos e mão de obra. Precisamente é o que percebemos ao analisar o histórico colonizador ao qual os Guarani Kaiowá foram submetidos. As etapas desse processo preparam, a cada momento, as condições para que as comunidades indígenas fossem não apenas expulsas de suas terras como também se tornassem mão de obra barata na reprodução do sistema capitalista.

O processo de espoliação, ou seja, a expulsão das comunidades indígenas de seus territórios tradicionais, é central para compreendermos a acumulação primitiva como uma base estruturante do capitalismo. Por meio da expulsão violenta de comunidades inteiras de seus territórios, cria-se uma massa trabalhadora necessária para girar as engrenagens do Capital, regulados através do assalariamento. A espoliação implica que as comunidades agora transformadas em uma massa trabalhadora precisam comprar absolutamente todos os bens que outrora conseguia produzir.

Precisamente, é a espoliação de terras o responsável pelas dificuldades enfrentadas na atualidade pelos povos indígenas e não a incapacidade de sua estrutura social de prover alimentos e demais necessidades. A fim de incorporar os povos originários a lógica de produção capitalista e ao mundo do trabalho, a desterritorialização das comunidades é elemento mandatório pois, retirando a possibilidade de se sustentar a partir de suas terras, será necessário buscar o

provimento de suas necessidades em outros locais que, nesse caso, é o trabalho assalariado.

## **2. Agroindústria no Mato Grosso do Sul e as relações de trabalho**

### **2.1 O trabalho das e dos Kaiowá e Guarani na pandemia de COVID 19**

Este capítulo tem como objetivo apresentar elementos para refletir sobre a presença dos frigoríficos no sul do MS. Pretendo demonstrar como o setor agroindustrial de Dourados se originou, e quais os impactos no que diz respeito à utilização da mão de obra indígena. Apresento informações sobre a COVID-19 e sua conexão com a produção de carne e a devastação ambiental em consequência do avanço do sistema capitalista.

O biólogo Rob Wallace (et al, 2020) em seu artigo COVID-19 and Circuits of Capital demonstra como a pandemia de COVID-19, bem como outras de natureza semelhante como algumas variações gripais, está diretamente relacionada com a produção industrial alimentícia sob a égide do Capital.

A devastação das florestas e aumento das zonas urbanas colocam a vida silvestre em contato com os seres humanos gerando o surgimento de doenças. O desequilíbrio ambiental perturba toda uma cadeia ecológica oportunizando o aparecimento de patógenos fatais na vida humana. Os animais silvestres também têm sido afetados por essas transformações já que suas populações estão fragmentadas devido ao desmatamento ocasionando na perda da sua imunidades de rebanho, como é o caso de algumas espécies de macacos nativos do Novo Mundo que estão morrendo de febre amarela do tipo selvagem (WALLACE *et al*, 2020; Jornal Estadão, 2024).

Ao contrário do veiculado no senso comum, a COVID-19 não surgiu especificamente devido ao consumo de morcego e outras carnes silvestres, mas sim aos avanços da industrialização em algumas áreas, nesse caso, a China. Tal associação xenofóbica contribui apenas para alimentar o ódio a alguns grupos e esconde o verdadeiro causador da pandemia.

Em países como o Brasil, por exemplo, há um duradouro processo de expulsão de camponeses e povos indígenas para as zonas urbanas de maneira a garantir mão de obra para as cidades e expandir a monocultura e a criação de gado de corte. Os commodities gerados a partir desses produtos são exportados para todo o mundo, borrando fronteiras e potencialmente transmitindo doenças. Esse processo

de reconfiguração da Capital, no Brasil e no mundo, é o grande responsável pelo surgimento de pandemias, inclusive a de COVID-19 (WALLACE *et al*, 2020).

O agronegócio está reconfigurando suas operações extrativistas em redes espacialmente descontínuas e em territórios de diferentes escalas. Uma série de “repúblicas de soja” multinacionais, por exemplo, agora abrangem toda a Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil. A nova geografia é incorporada por mudanças na estrutura de gerenciamento empresarial, capitalização, subcontratação, substituições da cadeia de suprimentos, arrendamento e posses transnacionais de terras. Ao ultrapassar as fronteiras nacionais, esses “países commodities”, incorporados de maneira flexível em ecologias e fronteiras políticas, estão produzindo novas epidemias ao longo do caminho (WALLACE *et al*, 2020, p.8).

A indústria frigorífica no Brasil relaciona-se a esse cenário tanto por seu caráter exportador quanto por seu hábito de promover a devastação ambiental promovendo também a disseminação a COVID-19. O setor da carne foi responsável por multiplicar os casos de contaminação da COVID-19 no Mato Grosso do Sul, especialmente em cidades do interior. Os postos de trabalho nas unidades frigoríficas, sobretudo nas salas de corte, e o transporte até o local de trabalho realizado em ônibus, dispõe os trabalhadores próximos uns dos outros, situação favorável para a disseminação da COVID 19. Além disso, carregamentos de cargas que vem e vão entre os estados também foram apontados como responsáveis por transportar o vírus.

Em Dourados, segundo nota oficial do Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2020), entre os dias 10 e 11 de maio de 2020, uma indígena residente da reserva, que trabalhava no frigorífico da JBS, foi contaminada pelo vírus da COVID, sendo que a confirmação do contágio veio apenas no dia 13 de maio através do resultado do teste. No dia 12 de maio, o boletim do Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul (DSEI-MS) apontava mais cinco casos suspeitos. Considerando a data de identificação da primeira indígena confirmada com COVID 19, é provável que o vírus estivesse circulando na aldeia a mais ou menos uma semana antes da identificação do primeiro caso. Cerca de 43 indígenas tiveram contato com a primeira infectada por trabalharem na mesma sessão do frigorífico e/ou por dividirem o mesmo transporte que os levava até o trabalho. No dia 15, o DSEI-MS registrou sete trabalhadores do frigorífico e três crianças contaminadas pela COVID, contabilizando dez novos casos em cerca de 48 horas. No dia 16 de maio, o DSEI-MS já registrava 77 casos suspeitos e no dia

18, a instituição confirmou 30 casos, demonstrando por meio dos números o aumento vertiginoso e descontrolado dos casos (CIMI, 2020a).

Diante desse cenário, a assembleia Aty Guasu Kaiowá e Guarani estabeleceu estado de emergência e redigiu comunicado a respeito da situação enquanto que a Diocese de Dourados cedeu local para abrigar os familiares assintomáticos de indígenas infectados na tentativa de mitigar a disseminação do vírus (CIMI, 2020a). Na tentativa de conter o avanço da COVID-19, e devido ao abandono do Estado no acompanhamento dos casos de contaminação nas comunidades, os povos indígenas organizam por conta própria barreiras sanitárias utilizando alguns saberes da cultura tradicional, como rezas para espantar o vírus e remédios tradicionais, além de produtos como álcool em gel e equipamentos de proteção individual (JOHNSON, FARIA, 2020). O Jornal O Progresso, noticiou no dia 16 de maio de 2020, o fechamento das estradas que dão acesso a aldeia de Dourados como tentativa de conter o avanço da doença (O PROGRESSO, 2020a).

Campanhas de solidariedade foram organizadas para arrecadação de recursos e discussão de medidas para conter o vírus de maneira autônoma através de assembleias deliberativas como Aty Guasu, Kunhangue Aty Guasu, Retomada Aty Jovem (RAJ) e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), por exemplo (JOHNSON, FARIA, 2020; APIB, s.d). A Associação de Mulheres Indígenas de Dourados organizou-se para fabricar máscaras de proteção para as aldeias Jaguapiru e Bororó. O projeto “Direito dos povos Kaiowá e Guarani” organiza-se de maneira a orientar a população indígena a acessar o Auxílio Emergencial haja vista dificuldades como falta de celulares, internet ou documentações, por exemplo. A organização Oga Yvytu coordenou trabalhos culturais audiovisuais, transmissões ao vivo, financiamentos coletivos a fim de arrecadar fundos para custear as ações relacionadas a contenção da pandemia nas aldeias. Além disso, movimentos sociais como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também colaboram distribuindo materiais de higiene, sementes crioulas e alimentos. Essas ações demonstram o poder de mobilização e organização dos povos indígenas que, diante do abandono estatal, desempenham atividades que são obrigação do Estado (JOHNSON, FARIA, 2020).

Enquanto os povos indígenas organizavam barreiras sanitárias para conter o avanço da COVID-19 em seus territórios, tramitava no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 510, de 2021, que recebeu o sugestivo apelido de PL da Grilagem. Suas disposições facilitam a tomada de terras pertencentes à União por latifundiários. Entre os dispositivos da Lei nota-se o estabelecimento de “ marco temporal de ocupação da data de 25 de maio de 2012” e “dispensa vistoria prévia da área a ser regularizada, podendo ser substituída por declaração do próprio ocupante” (BRASIL, 2021). Além disso, a aprovação da Lei nº 14.021, de 2020, flexibilizou a entrada de grupos missionários nas aldeias indígenas mesmo durante a pandemia. Segundo reportagem de Leonardo Neiva, publicada em 2021 na Revista Gama, a incidência de grupos religiosos nas aldeias além de ser preocupante no que diz respeito ao contágio por meio da COVID-19, também é responsável pela disseminação de fake news a respeito da eficácia das vacinas, por exemplo.

É notável a matéria publicada pelo jornal O Progresso, no dia 22 de abril, comunicando o afastamento de 30 servidores de saúde e a suspensão das visitas realizadas pelos agentes de saúde nas comunidades indígenas (O PROGRESSO, 2020b). Observe que a data coincide em alguns dias antes da confirmação do primeiro caso de COVID-19 entre indígenas, ou seja, quando a pandemia chegou até a aldeia, parte do aparato referente aos cuidados com saúde dessa comunidade já estava comprometido.

Apesar do cenário caótico de adoecimento e morte dos trabalhadores indígenas causado diretamente pelo setor da agroindústria e aliados, o IBGE e o Ministério da Agricultura registraram aumento na produção frigorífica de 0,6% no primeiro trimestre de 2020 e de 17,5% nas exportações sendo o único setor que não sofreu queda de produção diante das consequências econômicas da COVID 19 (JARA, 2020; KLEIN, FOSCACHES, 2020). Independente do aumento da produção de carne no país, a fome escalou novos patamares. Segundo o IBGE, no período de 2013 a 2018, a insegurança alimentar (considerando os tipos leve, moderada e grave) aumentou em 62,4%. As populações mais afetadas são as rurais, famílias autodeclaradas negras ou pardas e chefiadas por mulheres (IBGE, 2021). Fatores como a extinção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), e os orçamentos mirrados concedidos pela administração do Governo Bolsonaro para projetos como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) contribuíram para esse quadro dramático (TATEMOTO, 2019; OLIVEIRA, 2021; IBGE, 2020).

## **2.2 O setor agroindustrial no município de Dourados, MS**

Após o início da desterritorialização das comunidades indígenas e redistribuição das terras, da expansão das fazendas, das usinas sucroalcooleiras, o agronegócio investe em um novo processo de exploração: a consolidação e expansão da agroindústria. O Centro-Oeste, e por consequência a cidade de Dourados, possuem clima e solo propícios para cultivo intensivo de grãos e para agropecuária sendo o Cerrado o bioma predominante na região. Além das características climáticas e extensão do território, diversas medidas como créditos rurais e investimentos em mecanização agrícolas contribuíram para a consolidação do setor (ARAUJO, 2019).

A reconfiguração do setor rural para atender os anseios da exploração capitalista promove mudanças expressivas nas dinâmicas campo-cidade. Conforme dados do IBGE (2010) a população rural do Mato Grosso do Sul cai drasticamente da década de 1960 até 2010 em contraste com o crescimento vertiginoso da população urbana no mesmo período. Esse movimento pode ser atribuído a reestruturação do setor rural por meio do agronegócio que reconfigura as dinâmicas sociais, conforme demonstra o economista Francisco Araújo (2010)

No caso da expansão da fronteira agrícola nos municípios analisados, a passagem do complexo rural para o agroindustrial ocorreu sob a égide do “agrobusiness”, a partir de uma dinâmica definida por um padrão de acumulação industrial que representa a reestruturação produtiva em movimento efetivo, transformando as formas e os conteúdos da produção e da reprodução do espaço (ARAUJO, 2019, p. 137).

A agroindústria no Mato Grosso do Sul atende as demandas do mercado internacional e concentra-se nas atividades de exportação em larga escala, especialmente de soja, milho e gado de corte, viabilizadas pelo emprego de maquinário rural e de aportes financeiros do capital privado e do Estado. Assim, conforme demonstra o geógrafo Mauricio Galera (2011) a “economia brasileira é integrada ao processo mundial de expansão do capitalismo e altamente

especializada e dirigida para o mercado externo” (GALERA, 2011, p. 55). A soja é o principal cultivo nos municípios de Maracaju, Caarapó, Rio Brillhante, Fátima do Sul e Itaporã pertencentes à macrorregião de Dourados que, por sua vez, se torna o centro agropecuário e agroindustrial da região e um dos principais do país. O destaque no ramo frigorífico na cidade de Dourados é da JBS, estrategicamente instalada na região para reduzir os gastos com a produção devido a proximidade com os centros de criação (ARAUJO, 2019). A JBS tornou-se relevante no cenário da agroindústria devido a diversos incentivos financeiros que viabilizou sua expansão no mercado internacional, situação que será demonstrada com mais detalhes a seguir.

O agronegócio, sendo o setor frigorífico um de seus tentáculos, possui diversos *lobbys* políticos que atuam como protetores de seus interesses na arena política brasileira. Em ano 2007, durante o primeiro mandato do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva coligado ao Partido dos Trabalhadores (PT), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinou R\$ 9,5 bilhões de reais para as empresas frigoríficas brasileiras Mafrig, BR Foods e JBS sendo que 85% desse valor foi concedida apenas a JBS, tornando-a a maior produtora de carne do mundo. É interessante destacar que o dinheiro cedido pelo BNDES não retorna para seu cofre acrescido de juros, como em um empréstimo tradicional, ao invés disso o Banco compra ações da empresa tornando-se um sócio. Cerca de 40% dos fundos do BNDES são adquiridos através do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), tributo pago por todos os trabalhadores do país e responsável por cobrir seguro-desemprego e abonos salariais. Dessa forma, os trabalhadores pagam pelo financiamento de um dos setores que mais o exploram (ONG Repórter Brasil, 2012).

Os benefícios que a JBS recebeu surtiram efeitos. O frigorífico, fundado em 1953, por José Batista Sobrinho em Anápolis, interior de Goiás, cresceu vertiginosamente nos últimos anos. Em 68 anos desde a sua fundação, a empresa expandiu de um pequeno frigorífico que processava cinco cabeças de gado por dia para a maior exportadora de carne do mundo, presente em 15 países e em cinco continentes – Americano, Ásia, Europa, África e Oceania. A companhia atua na produção de carnes in natura, congeladas e pratos prontos comercializados por marcas como Friboi, Swift, Seara, Doriana entre outras. Atua também com couros, biodiesel, colágeno, envoltórios para embutidos, higiene e embalagens metálicas. A

empresa possui cerca de 245 mil funcionários no mundo todo (JBS, 2021). Entre 2005 e 2010 a JBS transformou-se em uma corporação transnacional, graças ao aporte financeiro do BNDES que, atualmente, possui cerca de 17,02% das ações. Conforme demonstra Galera (2011)

[...] o grupo JBS, a maior empresa do setor frigorífico e que obteve um aumento do valor de suas exportações na ordem de 243,31% no comparativo 2009 / 2010, esse forte avanço pode ser explicado a partir da política pública federal de incentivar grupos nacionais a se tornarem cada vez mais globalizados, investindo nessas empresas principalmente com a criação de linhas de crédito do BNDES, que no caso do JBS, possibilitou que o grupo se expandisse em território nacional, ficando o setor frigorífico estadual fortemente concentrado em poucas empresas, que puderam assim articular estratégias de mercado mais lucrativas, com formação de preço para a arroba bovina (GALERA, 2011, p. 56-57).

Em 2005, a JBS comprou a unidade da Swift na Argentina, iniciando sua expansão internacional, incorporando posteriormente a matriz estadunidense Swift Foods and Company (ROCHA, 2014. ALMEIDA, 2009. In: LIMA e FACCIN, 2019). Até 2012, o Brasil possuía cerca de 354 milhões de hectares de terras com 50% delas destinadas à criação de pasto. A criação de suínos era de 39 bilhões de animais, 209 milhões de cabeças de gado e 1 bilhão de aves. A cada 4 toneladas de soja produzida, 3 eram destinadas para alimentar animais de abate (ONG Repórter Brasil, 2012).

O processo desenvolvimentista desenhado para o MS o encaixou em um esquema de divisão territorial do trabalho que tinha por objetivo garantir que a produção regional sustentasse o crescimento da indústria do sudeste do país. Assim, a decadência do plantio e colheita da erva mate, que apesar de explorar o território não detinha sua propriedade, dá espaço às propriedades privadas destinadas a atender as necessidades do crescimento industrial do Brasil e ao desenvolvimento do capital comercial. No próximo estágio, a produção é transformada em commodities e os preços são ditados pelas oscilações do mercado estrangeiro, inaugurando assim a fase do capitalismo industrial e financeiro.

A transformação de alimentos em commodities demonstra o que a cientista política Ellen Meiksins Wood (1998) discute a respeito da criação do mercado enquanto recurso capitalista. O mercado compreendido como um mecanismo que

permite as pessoas venderem ou trocarem os excedentes de suas produções sempre existiu historicamente. O que acontece no sistema capitalista é que esse mesmo mercado transforma absolutamente tudo em mercadoria além de criar relações de dependência entre trabalhadores e capitalistas. Assim, os trabalhadores precisam do mercado para vender sua força de trabalho como uma mercadoria, e “os capitalista dependem dele para comprar a força de trabalho e também os meios de produção, e para realizarem os seus lucros vendendo bens e serviços produzidos pelos trabalhadores” (WOOD, 1998, p. 14).

Podemos estender essa lógica aos acontecimentos que culminaram na retirada das comunidades indígenas de seus territórios visto que o capitalismo impediu o acesso à terra, como consequência aos meios de produção e transformando o mercado como intermediador dessa relação. A dependência do mercado como intermediador de todas as relações e a transformação de absolutamente tudo em mercadoria implica que até mesmo bens essenciais, como a comida, são considerados nesta equação. Não poderia ser diferente já que o capitalismo tem sua gênese no campo e na espoliação de territórios que por sua vez são essenciais para produção alimentar.

## **2.2. Frigoríficos: linha de produção e relações de trabalho**

Para analisar as relações de trabalho dentro das unidades frigoríficas, é essencial entender os modos de produção do setor. A antropóloga Míriam Stefanuto (2016) analisa a relação da indústria frigorífica com os Kaingang, da terra indígena (TI) Toldo Chimbangue em Chapecó, Santa Catarina, e relata o processo de abate dos animais dentro das instalações frigoríficas. A partir da pesquisa de Stefanuto trago alguns elementos para pensar a produção dentro dos frigoríficos e as relações de trabalho.

No começo da linha de produção frigorífica, os animais vivos são levados para um corredor de concreto denominado setor da condução, e direcionados para onde serão insensibilizados em um local conhecido como setor do atordoamento. O processo de insensibilização consiste em atordoar o animal, através do disparo de arma pneumática ou choques elétricos. Os trabalhadores precisam garantir que os animais andem do setor da condução para o atordoamento e, quando eles não

cooperam, são maltratados com cargas excessivas de choque e pontapés. Logo após, os animais seguem para outro local onde serão degolados e sangrados. Há grande rotatividade de trabalhadores nos setores de condução e atordoamento devido à dificuldade do manejo com animais vivos. (STEFANUTO, 2016). O atordoamento e a sangria acontecem em momentos separados e são realizados por pessoas distintas. A centralidade da morte do animal recai sobre quem o sangra, embora a responsabilidade seja dissolvida já que não se sabe o momento exato em que o óbito ocorreu. Daqui em diante, os demais trabalhadores vão manipular um corpo sem vida pronto para ser seccionado (STEFANUTO apud VIALLES; PACHIRAT, 2014).

O frigorífico é dividido, conforme denominação, em *área limpa* e *área suja* sendo que a primeira é encarregada dos cortes mais externos dos animais, como as carcaças, e mais valorizados economicamente; enquanto que a segunda é designada para as partes mais internas, como os órgãos, e menos valorizadas economicamente. Após o abate, as carcaças são lavadas, armazenadas em câmaras frias, cortadas e embaladas a vácuo. Parte dos órgãos retirados são encaminhados para a bucharia, enquanto outros são levados para análises laboratoriais a fim de identificar doenças. No setor da bucharia, mocotós, patas, estômago (bucho) de bovinos são limpos e cozidos no mesmo local onde são retiradas as fezes dos animais dos intestinos. O que determina se as partes do animal serão processadas com higiene e assepsia não é o fato de que serão consumidas e sim seu valor de mercado. A divisão entre as partes internas e externas dos animais é o que dita seu valor, por isso, as carcaças são tratadas com mais zelo do que as partes internas (STEFANUTO, 2014).

Trabalhadores da bucharia, setor cujo gênero predominante é o feminino, relatam que os cheiros não saem de suas roupas, mesmo após lavá-las. De maneira semelhante, os trabalhadores que tratam com animais vivos referem-se a eles, na hora de fazerem suas refeições no local de trabalho, com a carne fornecida pelo próprio frigorífico, de maneira zombeteira como se comer a carne do animal que lhe incomodou fosse uma espécie de vingança.

Se os animais são os que estão sujeito a maus tratos por parte de trabalhadores e são aqueles que morrem; os trabalhadores estão cotidianamente sujeitos a uma linha produtiva repetitiva e

exploratória, muitas vezes associadas a péssimas estruturas de trabalho (STEFANUTO. 2014, p.498).

Os aspectos cotidianos da rotina massacrante dos frigoríficos como a morte, as longas jornadas, a fragmentação do trabalho, os cheiros, e as perturbações resultam no distanciamento entre os homens e os animais e refletem na precária condição de trabalho. Destaca-se, no Mato Grosso do Sul, recorrentes acidentes envolvendo trabalhadores de frigoríficos.

Diante da dificuldade em encontrar dados específicos sobre o município de Dourados a respeito de acidentes de trabalho com trabalhadores indígenas, bem como o número total de trabalhadores indígenas presentes no setor da cidade, optou-se por estender a análise a nível de Estado, ou seja, ao Mato Grosso do Sul. Para isso utilizo notícias de jornais online e dados oficiais devidamente referenciados no corpo do texto.

A ONG Repórter Brasil (2012) em uma matéria jornalística intitulada Moendo Gente, levantou dados alarmantes sobre o setor de frigoríficos no país. Segundo informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC) e Ministério Público do Trabalho (2011-2012), o ramo possui cerca de 750 mil trabalhadores e uma vasta coleção de desrespeito à legislação trabalhista e a vida de seus funcionários. Os empregados são constantemente expostos a facas, serras e objetos cortantes responsáveis por ocasionar graves acidentes. Os trabalhadores dos setores com câmaras frias são expostos a baixas temperaturas durante muitas horas e impedidos de saírem do ambiente para recuperar a temperatura corporal. O frio constante pode ocasionar problemas no aparelho respiratório e exige mais esforço corporal obrigando os trabalhadores a empregarem ainda mais energia e força nas suas atividades.

Doenças ocasionadas por movimentos repetitivos e danos psicológicos também são comuns. Os trabalhadores se queixam do ritmo acelerado de produção que são coagidos a manter, do ambiente fechado em que passam o dia inteiro sem ver a luz do sol, e até mesmo de proibições e/ou tempo estipulado para irem ao banheiro. Algumas empresas já foram autuadas por órgãos fiscalizadores mantendo funcionários em situação análoga à escravidão. Não há dados específicos sobre o trabalho indígena no setor, mas é possível estimar através do

levantamento de processos trabalhistas movidos contra frigoríficos. Ainda assim, as informações não retratavam os números reais, pois nem todos os trabalhadores afetados movem ações contra as empresas (STEFANUTO, 2016).

O aumento de distúrbios mentais relacionados a setores da economia é, segundo a Previdência Social no Brasil, a segunda causa de afastamento. A concessão de auxílio doenças para casos de transtornos mentais aumentaram em 19,6% no primeiro semestre de 2011, se comparado ao mesmo período em 2010. Nos frigoríficos de abate de bovinos, os índices de depressão são três vezes maiores entre os trabalhadores do setor de abate de aves e suínos. Dados do Ministério da Indústria e do Comércio Brasileiro e do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) demonstram que entre 2000 e 2010 as exportações brasileiras do setor de frigoríficos cresceram cerca de 696%. Por outro lado, em 2013 dos 850 mil trabalhadores do ramo no Brasil, cerca de 20% estavam doentes (PRIMI, 2013, pg. 22), ou seja, os lucros cresceram com a exploração dos trabalhadores.

Um exemplo estarrecedor e revoltante do descaso dos frigoríficos com os trabalhadores, é o do indígena terena Marcos Antônio Pedro de 29 anos, na cidade de Sidrolândia no Mato Grosso do Sul. Marcos, casado e com duas filhas, limpava um tanque de resfriamento de frangos conhecido como pré *chiller* - em um frigorífico da Seara/Cargil. O pré *chiller* é um tanque de 10 metros de comprimento que empurra o frango para ser submerso em água à 16°C para sofrer um choque térmico. A peça que empurra os frangos para a submersão, dentro do pré *chiller* é conhecido como caracol, nome dado devido a seu formato. Marcos caiu dentro do pré *chiller* e ficou preso no caracol, que parou automaticamente quando seu corpo entrou em atrito com as paredes do equipamento, mantendo seu corpo enroscado no caracol e submerso na água. Quando os mecânicos chegaram, sugeriram que o tanque fosse cortado por baixo para que Marcos pudesse ser retirado. O controle de qualidade do frigorífico foi contra e ordenou que o sentido do caracol fosse invertido. Não deu certo e Marcos foi praticamente fatiado vivo tendo coluna e nervos cortados e a cabeça esmagada. A empresa alegou que o funcionário se suicidou e abandonou a família de Marcos à própria sorte (CUT, 2007).

Após repercussão do caso, o Ministério do Trabalho iniciou as investigações acerca das condições de segurança no frigorífico, mas o local havia sido reformado após a morte de Marcos para enganar a fiscalização. A repercussão nacional do

caso gerou revolta e a revelação de que a Seara/Cargil estava envolvida em muitos processos trabalhistas, sobretudo no sul do país, devido a lesões causadas aos trabalhadores, demissões sem justa causa de funcionários lesionados e não pagamento de direitos trabalhistas (CIMI, 2007; CUT, 2007; STEFANUTO, 2016; FIOCRUZ, 2015).

Na mesma cidade, Sidrolândia, outro caso de morte. Na unidade frigorífica da Bello Alimentos Ltda, em 2019, o trabalhador Rodrigo Lopes caiu em uma máquina de moer frangos e teve praticamente o corpo todo triturado pela máquina. Segundo notícia do De Olho Nos Ruralistas, as investigações policiais trabalhavam com as possibilidades de homicídio, suicídio e acidente. O trabalhador foi velado, em cerimônia paga pela empresa, por amigos e familiares em caixão aberto já que o torso foi preservado. Os braços, no entanto, não podiam ser vistos no caixão e não estavam posicionados na posição tradicional com as mãos sob o peito sugerindo que os membros foram consumidos pelo moedor. Flores preenchem dentro do caixão as partes faltantes do corpo de Rodrigo (DOLCE, 2019).

A Justiça do Trabalho do Mato Grosso do Sul concluiu que o ritmo exaustivo de trabalho na unidade da JBS instalada em Sidrolândia é responsável por provocar doenças ocupacionais como Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (Dort). A sentença proferida em maio de 2023 é resultado de uma ação coletiva movida em 2022 pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Carnes e Aves de Sidrolândia (Sindaves) e obriga a JBS a ressarcir os funcionários por danos materiais e morais (RAMOS, 2023). A decisão tomada pelos órgãos competentes demonstra como a organização sindical é importante para que os trabalhadores busquem e mantenham condições de trabalho dignas, assim como se manifestem em casos de injustiça.

Por saber que a classe trabalhadora unida representa um problema para a exploração dos empregados, frigoríficos com o porte da JBS escolhem locais estratégicos para se instalarem. Dados de 2020 apontam que no país, dos 446 frigoríficos de inspeção federal, ou seja, aqueles que têm permissão para exportar e vender em território nacional, cerca de 80% estão instalados em cidades com menos de 100 mil habitantes. Dessa porcentagem, 42% estão em cidades com menos de 30 mil habitantes. O motivo reside no fato de que nessas regiões os sistemas de saúde costumam ser mais frágeis, a média salarial é baixa e há menos

organizações sindicais dos trabalhadores. Na ocasião, dos 361 municípios que possuíam unidades frigoríficas, 130 estavam localizadas no sul do país, 90 no sudeste, 81 no centro-oeste, 41 no norte e 19 no nordeste (GEITENS, 2020). Como os números demonstram, uma mesma cidade possui mais de uma unidade frigorífica, como é o caso de Dourados que conta com fábricas da JBS e da BRF Foods, ambas unidades de inspeção federal, conforme dados da Associação Brasileira de Frigoríficos (ABRAFRIGO, 2022) e quatro unidades de abatedouros frigoríficos de inspeção estadual<sup>2</sup> (IAGRO, 2022).

Pequenas cidades são escolhidas a dedo nas estratégias corporativas da indústria da carne. Quando se instalam em pequenos municípios, geralmente de 10 mil habitantes para baixo, os frigoríficos empregam boa parte da população. Em situação de pandemia, essas localidades, de pequena ou nula representatividade política e onde a ausência do estado é bastante evidente, veem crescer o potencial de disseminação de doenças fatais, já que mal conseguem lidar com o atendimento básico de saúde, quase sempre dependendo dos sistemas de cidades-polo (GEITENS, 2020).

Conforme exposto anteriormente, a JBS foi o agente responsável pela disseminação vertiginosa da COVID-19 entre a comunidade indígena e, posteriormente, não indígena da cidade de Dourados. Conforme matéria publicada em 2020 pela agência jornalística Pública. Cerca de 4 mil funcionários residentes da Grande Dourados (região que engloba as cidades de Dourados, Caarapó, Jutí, Itaporã, Maracajú, Douradina, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Glória de Dourados e Deodápolis) desembarcam na unidade da JBS em Dourados. Nesse período, Dourados tornou-se o epicentro da epidemia no estado de Mato Grosso do Sul, ultrapassando a capital Campo Grande no número de casos da doença (OLIVEIRA, 2020). O grande número de funcionários dentro dos ônibus que os transportava até a unidade frigorífica já deveria preocupar a JBS devido a aglomeração e a pouca ventilação dentro do veículo, mas esses fatores foram ignorados pela empresa resultando na contaminação dos trabalhadores.

---

<sup>2</sup> O Serviço de Inspeção Federal (SIF) é responsável por garantir a qualidade dos produtos de origem animal comestíveis ou não. As unidades frigoríficas que possuem esse selo em seus produtos tem autorização para exportar a mercadoria para outros países, além de vender em território nacional (BRASIL, 2023). De maneira semelhante, o Serviço de Inspeção Estadual (SIE) também garante a procedência dos produtos de origem animal, mas só garante a circulação dentro do Estado onde o frigorífico está localizado (IAGRO, s.d).

A menos de um ano, em fevereiro de 2023, o Jornal Online Dourados News noticiou que os trabalhadores da JBS foram evacuados da unidade em consequência de um vazamento de amônia, produto utilizado na refrigeração industrial. Na rodovia BR-163, onde está localizada a fábrica, era possível sentir o cheiro do produto e visualizar uma espécie de fumaça no ar (MORETTO, 2023). No dia 30 de maio, um novo vazamento de amônia aconteceu na mesma unidade levando 18 funcionários a dar entrada nos hospitais da região devido a inalação do produto. A inalação da amônia intoxica e pode causar corrosão na pele, olhos, vias aéreas superiores e pulmões (FREITAS; LÓPES, 2023). Em maio, a mesma situação acometeu uma unidade em Duque de Caxias (RJ). O cheiro forte do produto foi percebido na madrugada sendo que, no mesmo período alguns funcionários começaram a passar mal e a desmaiar. Entretanto, a fábrica paralisou as atividades apenas por volta do meio-dia (BERNARDES; RAMOS, 2023). Alguns anos antes dos casos supracitados, em 2017, a unidade da JBS de Campo Grande (MS) já havia sido multada em R\$ 1 milhão pela Polícia Militar Ambiental (PMA) por vazamento de amônia (VACCARI, 2017). Essas notícias demonstram que os casos são recorrentes nas unidades frigoríficas, dado importante para analisar a importância que a empresa despense para a saúde e bem estar dos funcionários.

No que se refere à obrigação legal das empresas diante dos acidentes de trabalho observa-se a Lei Nº 8.213/1991 que regulamenta como a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) deve acontecer. A Lei determina que quando o funcionário sofre algum acidente no ambiente de trabalho ou no trajeto que provoque “lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho” (BRASIL, 1991) a empresa empregadora é obrigada a emitir uma CAT de maneira a comunicar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) do ocorrido. Caso a empresa não o faça, a CAT pode ser emitida pelo próprio “acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública” (BRASIL, 1991) sendo que a comunicação deve ser feita até o primeiro dia útil após a ocorrência do acidente.

As CATs registradas a partir de 2018 podem ser acessadas no site do INSS e são excelentes dados para analisar a ocorrência de determinados tipos de acidentes que ocorrem na indústria da carne. Nem sempre é possível identificar as empresas em que os acidentes ocorreram já que a listagem não informa. Em

relação ao MS é informado o CNPJ de apenas uma empresa que corresponde ao Abatedouro Super Lider Distribuidora De Carnes Ltda localizado em Dois Irmãos do Buriti. Portanto, considerei a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), classificação operada pelo Governo Federal para classificar os tipos de atividades que cada empresa é autorizada a realizar (IBGE, 2023).

Analisando alguns dados disponibilizados referentes ao ano de 2022 e considerando apenas o Mato Grosso do Sul, é possível verificar que a maioria dos acidentes registrados foram causados por objetos cortantes, impactos produzidos por pesos ou quedas. Os acidentes causaram, em sua maioria, cortes, lacerações e luxações nos trabalhadores, afetando principalmente braços, dedos, mãos e pés. A maioria das ocorrências são com funcionários que trabalham na função de Alimentador de Linha de Produção. Dos casos analisados, 36 acidentes aconteceram com o sexo masculino e 10 com o feminino, sendo que as idades dos trabalhadores variam entre 19 e 55 anos. Apenas uma CAT foi registrada pelo funcionário sendo que as demais foram pela própria empresa. Em Dourados apenas cinco CATs foram registradas referentes ao ano em análise. A listagem não registrou nenhum óbito em 2022 no MS, mas registrou duas mortes no Brasil. É possível que haja subnotificação, portanto alguns casos não são possíveis de rastrear. Na tabela abaixo, observe um breve resumo das principais ocorrências registradas por empresas do ramo da carne no MS em 2022. No total, foram 36 CATs registrados neste ano.

Relativo à Ocupação							
Causador do Acidente		Ocupações		Lesão		Parte Corpo Atingida	
Faca, Facão-Ferramenta Manual sem Força Motor	6	Alimentador de Linha de Produção	11	Corte, Laceração, Ferida Contusão	15	Dedo	7
Impacto de Pes. Contra Objeto em Movimento	5	Desossador	3	Contusão, Esmagamento (Superfície Cutânea)	4	Mão	4
Queda de	4	Magarefe	4	Luxação	4	Pé	5

Peso							
Serra-Ferramenta Portatil com Força Motriz	2	Abatedor	1	Fratura	3	Antebraço	3
Outros	19	Outros	17	Outros	10	Outros	17

Relativo a Empresa					
Emitente CAT		Município Empregador		CNAE	
Empregador	35	Dourados	5	Abate de Reses, Exceto Suínos	24
Empregado	1	Naviraí	5	Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais	10
		Campo Grande	9	Fabricação de Produtos de Carne	2
		Sidrolândia	4		
		Outros	13	Outros	-

Relativo ao Trabalhador			
Sexo		Idade	Total de Óbitos
Feminino	10	> 55	0
Masculino	26	< 19	

**Tabela 1:** Dados organizados a partir das informações fornecidas pelo INSS (2022) sobre CAT registradas em Mato Grosso do Sul.

Os relatos expostos demonstram o descaso com a vida dos trabalhadores em benefício da maximização dos lucros. Os danos a vida dos trabalhadores e os acidentes por eles sofridos são recorrentes e comuns nas unidades, provando que ignorar a saúde dos funcionários faz parte do *modus operandi* da JBS que, apesar

dos processos, sanções e multas que com frequência recebe, continua operando sem grandes obstáculos.

### 3. Transformações na dieta e alternativas Guarani e Kaiowá

As transformações no território e no modo de vida Guarani Kaiowá promoveram mudanças intensas nos hábitos alimentares indígenas. A degradação do meio ambiente pelas atividades do agronegócio e a falta de território coage as famílias Guarani Kaiowá a buscar outras alternativas de sobrevivência além dos limites da aldeia. Portanto, para garantir alimentação, os indígenas exercem funções trabalhistas assalariadas, fora de suas terras, para gerar renda e comprar os alimentos fornecidos pela indústria alimentícia. Os trabalhadores indígenas exercem diversas funções, inclusive em frigoríficos. Apesar disso, a vivência no interior das aldeias é marcada pela escassez alimentar.

A antropóloga Maristela Aquino Insfram (2021), que atuou como professora na Escola Municipal Indígena Lacui Roque Isnard, localizada na reserva indígena de Dourados, na aldeia Bororó, durante os anos de 2010 até 2021, identifica alguns problemas enfrentados pelos indígenas, entre eles a fome. Segundo Insfram (2021), as crianças iam à escola para fazer a única refeição do dia e constantemente passavam mal devido a alimentação escassa. Apenas algumas famílias da comunidade recebem cestas básicas do Estado, mas os alimentos não são suficientes para o mês além de não suprirem as necessidades nutricionais de uma pessoa saudável já que os únicos alimentos fornecidos são arroz, feijão, açúcar, óleo, fubá, sal, trigo e macarrão. Os demais alimentos são produtos industrializados comprados na cidade que possuem grandes quantidades de corantes, agrotóxicos, conservantes, sal, açúcares entre outros.

A pesquisadora verifica também a desvalorização do Ñande Reko (“nosso modo de ser guarani e kaiowá”) como um dos promotores do dramático quadro da fome no território. Conforme Insfram (2021, apud PROCÓPIO, INSFRAM, 2017,s/p) demonstra esse processo diz respeito ao que

[...] se costuma chamar normalmente de “perda das culturas”, porém, simplesmente não se perde uma cultura se não se compreende que este fato está associado ao direito à terra e ao território. Nesse sentido, historicamente, aos poucos, deixou-se de praticar como de costume tradicional as rezas, danças, festas, o modo de produzir alimentos... isto foi acontecendo gradativamente junto com a perda das terras e do território. Entre tudo isso, no campo da alimentação da produção de alimentos tradicionais, aconteceu também a perda de vários costumes como o mutirão para o plantio, os jeitos de

guardar as sementes crioulas, as mudas nativas, por exemplo. O cultivo do modo de ser guarani está associado à possibilidade de, no território, manter vivas as suas tradições de plantio, colheita e festas religiosas, sobretudo. (INSFRAM, 2021 *apud* PROCÓPIO, INSFRAM, 2017).

A perda do território é um fator apontado como responsável pela fome já que além da relação imaterial que os povos indígenas têm com a terra, é apenas a partir dela que é possível plantar. Atrelado a esse aspecto, a destruição dos recursos naturais, como as matas, e o envenenamento da terra e da água também se apresentam como fatores responsáveis pela fome enfrentada pelos Guarani-Kaiowá. A presença de fazendas no entorno das aldeias promove assédio e insegurança aos povos indígenas já que o simples atravessar das supostas fronteiras entre os dois campos, aldeias e fazendas, é motivo de ameaças por parte dos fazendeiros. Além disso, os indígenas ainda convivem com uso de agrotóxicos e a falta de água, outro problema gravíssimo, já que além de o sistema de água encanada ser precário, as minas e nascentes ao redor morreram, ou estão poluídas, devido uso de agrotóxicos, ou foram assoreadas. Os indígenas vivem “Acuados, cercados, presos em seus pequenos pedaços de terra, que parecem ilhas em meio às monoculturas de soja, milho, canavial e pasto” (INSFRAM, 2021). Enquanto isso, os índices de desnutrição infantil cresce, resultado da insegurança alimentar instalada e a falta de perspectiva diante do quadro apresentado contribui também para o alto número de suicídios registrados no interior da aldeia (PEREIRA et al. 2020).

Além de recorrer ao trabalho assalariado na tentativa de gerar fonte de renda para suprir as necessidades básicas como a alimentação, os indígenas da aldeia Bororó buscam no lixão localizado nas proximidades da aldeia materiais recicláveis para venda e até mesmo alimentos. As descargas no lixão acontecem de segunda a sexta-feira e correspondem a coleta das cidades de Itaporã/MS, Dourados/MS, Douradina/MS, Montese/MS e Lagoa Rica/MS. Nas segundas e terças-feiras os indígenas coletam fios, garrafas pet, latinhas de alumínio e mangueiras, materiais que são revendidos como recicláveis. A venda dos recicláveis gera algum dinheiro que é empregado para comprar “mistura” que é carne vermelha correspondentes as parte do dorso e puchero. Já nas quintas e sextas-feiras são coletados alimentos com data de validade vencida que são descartados de supermercados, entre os itens há pães, carnes e alguns tipos de verduras e legumes entre outros. Artigos para uso no dia a dia também são coletados, como por exemplo roupas, calçados e

brinquedos para as crianças. Além da evidente desumanidade representada na necessidade de consumir alimentos coletados no lixão, é interessante apontar que as transformações nas condições alimentares indígenas introduziu na dieta alimentos que não eram consumidos anteriormente como açúcar, sal, alguns tipos de gordura e até mesmo o arroz. Conforme relata da Ñandesy Miguela, registrado por Maristela Insfram (2021)

Antigamente, nós Guarani e Kaiowa não ficávamos doentes, pois na nossa alimentação não tinha sal, nem gordura (óleo), somente vaka nhandy ha kure nhandy (óleo de vaca e de porco). Sal faz mal, dá dor no peito a comida era feita com calma, no fogo com lenha, não podia conversar, nem fazer a comida com braveza, se fizesse assim, o fogo fazia as pessoas ficarem doentes. [...] Não comíamos arroz, só fechão puku, fechão choperi-manteka (feijão tradicional, vagem grande) [...] Hoje o tempo está feio, estamos comendo só veneno. (INSFRAM, 2021).

Os fatores apontados por Ñandesy Miguela também são, de certa maneira, válidos para a comunidade não indígenas que moram nas cidades. Em um breve passeio ao supermercado, é possível observar a quantidade de alimentos processados e ultraprocessados encontrados nas prateleiras que residem na promessa de nutrição e praticidade ao dia a dia, que por sua vez resvala na noção do tempo para cozinhar. Os rótulos das embalagens possuem nomes impronunciáveis que o público em geral sequer pode compreender, e nem se espera que compreenda, afinal de contas, são aditivos e compostos químicos que apenas profissionais da área têm domínio. Os alimentos comercializados como orgânicos, naturais ou caseiros são sempre mais caros por venderem a ideia de saúde. Em muitos casos, esses alimentos vêm da mesma indústria que produz os alimentos lidos como não saudáveis e, portanto, paira no ar dúvidas a respeito de sua idoneidade.

A introdução de alimentos processados na alimentação indígena promove doenças como diabetes, pressão alta e desnutrição bem como gera resíduos sólidos que não possuem local adequado para descarte no interior das aldeias acumulando lixo que, por sua vez, pode provocar outros transtornos como servir de reservatório para doenças como a dengue (SANTOS, 2022).

A antropóloga Gabriela Barbosa Lima e Santos (2016) corrobora com o relato ao demonstrar que os Guarani e Kaiowá demonstram insatisfação com alimentos

consumidos atualmente como arroz, macarrão, refrigerantes, massas, enlatados e com a presença do sal e do açúcar nos preparos além das bebidas alcóolicas. Esse mesmo tipo de alimento é encontrado nas cestas básicas distribuídas às comunidades pela FUNAI ou outras organizações que ao preocupar-se apenas com o atendimento de uma situação emergencial de fome, ignoram outros aspectos, inclusive os promotores da escassez alimentar.

Os povos indígenas entendem que comer comida que não é tradicional é sinônimo de doença, por isso a insatisfação com a dependência e a necessidade de se alimentar com tais alimentos. O depoimento de Seu Alcides, rezador de Laranjeira Ñanderú, terra indígena Guarani Kaiowá localizada em Rio Brilhante, coletado pela antropóloga Gabriela Barbosa Lima E Santos (2016) demonstra essa percepção:

Saúde, por causa de comida, se a gente comer bem, se na barriga não dá vômito, não dá diarreia, a gente sempre fica saúde. (...) Em nossa cultura, nossa comida, nós não pega dor de barriga. Agora, todo dia arroz, todo dia macarrão, todo dia carne, pega dor de barriga, vômito, diarreia. Também não quero mais. Minha esposa pega, minha esposa serve canjica: “você toma canjica?”, aí eu falo: “ah, põe pra mim”. Aí pega um copão assim, põe um pouco de açúcar, enche a barriga, só assim mesmo. Pra mim comida é só isso assim. Quando come direto só arroz, macarrão, carne, minha barriga não gosta não. Gurizada quer direto arroz, minha sobrinha, minha neta. Tão comprando um fardo, dois fardos de arroz. Aqui não tem roça. Sou aposentado. Minha esposa também. Só recebe dinheiro. Compra 2, 4 fardos de arroz, guarda em casa. Quem não tem, mãe, sobrinho, eu arrumo pra ela. Óleo, também. Um litro de óleo, pra ajudar. Se não ajudar, perigo é a gente morrer de fome. A criança sente muito de fome. (SANTOS, 2016, p.80)

A canjica, prato citado por seu Alcides, é um prato considerado apropriado porque é derivado do milho, alimento sagrado e tradicional para Guarani Kaiowá, conforme comento com mais detalhes adiante.

A carne de caça é consumida tradicionalmente pelos Guarani Kaiowá, mas há algumas restrições em relação a idade, sexo e função social. Aos onze anos e após a primeira menstruação, as meninas não devem consumir carne de caça por ser considerada perigosa. Entre os meninos de 14 anos que já passaram pelo *kunumi pepy*, um importante ritual, e também entre as meninas, a carne de caça deve ser mordida duas vezes e cuspidada no fogo para evitar doenças. Para os adolescentes não é permitido consumir carne de aves como coruja, curiango e pica-pau, por

exemplo, já que comer esses animais influenciaram negativamente o comportamento dos jovens os impedindo de cumprir suas obrigações. A carne de paca e do preá é considerada perigosa para a alma e portanto, deve ser consumida apenas cozida. Também é permitido a execução de mais de um animal dessas espécies por vez sendo que um deles deve ser deixado no local para que outros o busquem. Já a carne de anta, porco do mato e quati podem ser consumidos assados (JOÃO, 2011).

Homens e mulheres em idade reprodutiva devem moderar o consumo de carne de caça, embora seja permitido. A carne de animais recém-nascidos ou fetos de animais caçados é perigosa já que os Kaiowá entendem que os animais ainda não estavam na idade adequada para o abate. Apenas os pajés podem consumir esse tipo de carne sem prejuízo à saúde. Animais de grande porte, como bois por exemplo, não são bem aceitos pois deixam o corpo lento e pesado para as atividades do dia a dia (JOÃO, 2011).

Diante do exposto, é imperativo recordar que as condições impostas pela degradação ambiental e pelo aldeamento das comunidades indígena impossibilita, mais uma vez, que interpretem o consumo de carne da maneira tradicional. Na impossibilidade de caçar, o consumo da carne de boi, especialmente das partes consideradas de segunda como o puchero, comprada nos estabelecimentos comerciais da cidade é a alternativa. Além disso, a manipulação dos animais nos frigoríficos e a morte em massa também é uma situação que contraria os princípios Guarani Kaiowá já que, como exposto, há diversas considerações importantes diante do abate animal.

A produção de doenças nas comunidades indígenas considerando a via alimentar vai além da saúde física já que afeta a coesão social do grupo. Para Brand (2001), as mudanças promovidas no modo de vida indígena pelos processos do esparramo e o aldeamento, assim como a busca do trabalho assalariado para sobreviver atingiram as bases da economia tradicional das comunidades.

[...] isto refletiu na gradual inviabilização da religião tradicional, entendida aqui como as práticas e crenças, por intermédio das quais expressavam a sua relação com o sobrenatural, que, ao mesmo tempo, constituíam-se em referenciais básicos indicativos de cultura (BRAND, 2001, pg 69).

A necessidade do trabalho fora da aldeia tem ainda outras implicações. Os trabalhadores assalariados, em sua maioria homens, não conseguem participar das relações familiares e nem das atividades que envolvem o plantio e cultivo das roças porque passam muito tempo fora da aldeia. A saída desses trabalhadores implica no desmantelo das famílias através de divórcios e do abandono dos filhos e da esposa. A palavra transmitida de geração em geração assim como respeito e acato aos conselhos dos mais velhos é importante para a formação da comunidade Guarani Kaiowá, mas com a saída para o trabalho externo essa prática tem diminuído (BRAND, 1997; 2001).

A ausência prolongada dos pais [...] é fator importante de desintegração das famílias que constituem a unidade básica da sociedade, sobre a qual repousam e se articulam importantes atribuições no campo da economia, da política e da religião (BRAND, 2001, p.68-69).

Apesar disso, as comunidades indígenas sobrevivem e desenvolvem alternativas para garantir a perpetuação de sua cultura e de seu povo. No que diz respeito à alimentação, uma importante alternativa na luta contra a intrusão da dieta do branco é a preservação de sementes crioulas.

A roça cultivada pelos Guarani Kaiowá é diversa em espécies alimentícias além de ser um elemento que os conecta às divindades. O milho, um dos principais alimentos cultivados, é um produto agrícola sagrado e essencial para a realização de ritos e cerimônias estruturantes da sociedade indígena. No próximo tópico, exploro as alternativas encontradas para o cultivo de roças diversificadas no interior das aldeias e como os povos tradicionais têm atuado como guardiões da biodiversidade no que diz respeito a sua relação com as sementes crioulas.

### **3.1. Produzindo diversidade: os Guarani e Kaiowá, as roças e as sementes**

No tópico anterior apresentei alguns efeitos da chegada dos *karai*, da expulsão dos territórios e da remoção para as reservas. Apesar do processo de enfraquecimento dos sistemas de produção Guarani e Kaiowá, muitas famílias têm se empenhado em manter as roças, guardar, proteger e trocar sementes para

garantir maior diversidade na produção. A seguir trago algumas experiências na reserva de Dourados na produção de roças e sementes.

As sementes crioulas são cultivadas pela população indígena há muito tempo. Através da seleção das sementes, as comunidades promovem o melhoramento natural das roças, além de dominar técnicas de armazenagem e trocar sementes entre si, promovendo a rotação e variabilidade das culturas.

A antropóloga Maristela Aquino Insfram, em sua dissertação intitulada O Dilema Da Fome Entre Os Alunos Da Escola Municipal Indígena Lacuí Roque Isnard - Dourados Ms. Registro Das Experiências Em Agroecologia Com As Famílias, defendida em 2021 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGANT) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) fornece informações importantes a respeito da produção de roças pela comunidade Guarani-Kaiowá. Segundo a antropóloga, as roças produzidas pelos Guarani-Kaiowá, denominadas kokwe é um complexo sistema que produz alimento que nutre não apenas o corpo físico, mas também as relações entre os membros da comunidade e sua identidade como povo. A interação promovida pelas roças é uma oportunidade de promover descanso, momentos de lazer, alegria, diálogo e cuidado dentro do coletivo.

Para dar início ao plantio das roças, os Guarani-Kaiowá escolhiam um local apropriado para plantar, cortavam algumas árvores e esperavam secar. Em seguida, utilizavam o fogo a fim de promover uma primeira limpeza do local, concluindo a limpeza manualmente com o auxílio de facões, enxadas e foices. A sarakua, era uma ferramenta tradicional, uma espécie de pau com uma ponta, utilizada para cavar covas para o plantio de sementes crioulas, como milho, melancia, feijão, amendoim, arroz, abóbora. As cinzas do fogo eram utilizadas para combater pragas e formigas nas plantações (NSFRAM, 2021 *apud* FERREIRA LIMA, SANGALLI e RODRIGUES, 2017, p. 59).

Quando o local da roça estava pronto e a plantação podia ser iniciada, os Guarani-Kaiowá iniciaram o processo de batismo das sementes. As sementes são colocadas em frente ao yvyra'i, um instrumento sagrado feito através de dois paus fincados no chão e ligados por cordões enfeitados utilizados pelos rezadores para realizar o ritual de batismo. Após a conclusão dessa etapa, tem início o omboyvysota, o plantio das sementes crioulas. Quando os alimentos estão bons para colher, as nhandesy kwéry (rezadeiras) avisam que os alimentos já podem ser colhidos. A comunidade então realiza cantos e rezas que têm início às sete da noite,

é interrompido à uma da manhã para tomar mate e conversar a respeito de ensinamentos sobre o futuro. Às cinco da manhã, vão à roça, colhem os alimentos e trazem o milho a casa de reza para batizá-lo (INSFRAM, 2021, p.64).

Relatos de indígenas mais velhos confirmam o que já foi exposto a respeito da abundância de alimentos que o modo de vida tradicional era capaz de produzir. O indígena Ricardo Arce, 67 anos (em 2019, quando a antropóloga Maristela Insfram relata a informação) morador da Aldeia Bororó, relata que os indígenas viviam na floresta, que eram abundantes e cheias de plantas nativas e mata fechada, caçando e pescando. Entre as árvores presentes é citado Yvyra Poty, Tajy Sa'yju (ipê amarelo, roxo, rosa e morofibranco) e até mesmo Pau-Brasil. O indígena relata que a comunidade se alimentava com o Mbuku, uma espécie de larva do coco além de “mbakuri, jatobá, jarakati'a, mamão, banana do mato, pindo, guavira vermelha, goiaba branca do mato” (INSFRAM apud INSFRAM, COLMAN, 2019, p. 57). As incursões na mata em busca de tais alimentos, assim como para caçar e pescar eram realizadas em família e eram motivo de felicidade para a comunidade. Além dos recursos encontrados na floresta, havia também a roça onde era cultivado “milho branco (avati tupi, avati morofĩ, avati sa'yju); batata (jety morofĩ, jety hũ, jety asaĩ) [...] mandioca (mandi'o morofĩ, sa'yju, karape); abóbora, mbakuku, kara guasu, amendoim e melancia”. A partir do milho, ou da jatayva (amoreira do mato), era produzido a xixa, uma bebida fermentada que, misturada ao mel, era servida como sobremesa (INSFRAM apud INSFRAM, COLMAN, 2019, p. 57).

Com a mandioca era produzido o *mbeju*, *kavure* e *pirekái* (mandioca assada na casca), além de também ser consumida frita e cozida. A farinha de mandioca, *hu'itĩ*, também era produzida sendo que a mandioca era retirada da terra e enterrada novamente no brejo por cinco ou sete dias, para se decompor; em seguida era retirada do brejo, descascada, posta para secar no sol e depois socada no pilão até virar farinha. O milho branco, um dos alimentos protagonistas da alimentação indígena, era benzido no ritual de batismo do milho.

As investidas do agronegócio no decorrer dos anos tornou cada vez mais difícil a produção alimentar dos Guarani-Kaiowá. No início da década de 70, a modernização das lavouras introduziu nas plantações insumos agrícolas assim como sementes modificadas resultando na drástica redução das variedades de sementes crioulas disponíveis. Esse processo, além de desequilibrar a balança do

ecossistema, obriga os agricultores a adquirir as sementes do mercado associado ao agronegócio.

As sementes crioulas são aquelas produzidas e conservadas por pequenos agricultores e comunidades tradicionais e que, portanto, não são modificadas através de técnicas biotecnológicas (FERNANDES, 2017). É o contrário do que ocorre com as chamadas sementes transgênicas que, segundo a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), são aquelas melhoradas geneticamente por meio da biotecnologia. Basicamente, o processo de transgenia consiste em incorporar genes de outras plantas, seres vivos e até mesmo bactérias, em alguma outra sementes de maneira a fortalecer, ou enfraquecer, determinadas características como resistência a pragas e a agrotóxicos, por exemplo (EMBRAPA. s.d).

No Brasil, até o ano de 2016, a área de cultivo de sementes transgênicas era de 49,1 milhões de hectares, sendo 32,7 milhões em cultivo de soja, 15,7 milhões de milho e 0,8 milhão de algodão. Até 2013, quatro empresas eram responsáveis pelo controle de 80% do comércio internacional de grãos, enquanto seis empresas controlavam 59,8% do mercado mundial de sementes e 76,1% do mercado de agroquímicos. A partir de 2015 às seis empresas que controlavam o mercado de sementes transformam-se em três corporações transnacionais: as empresas de agroquímica Dow Chemical e Dupont se uniram gerando a DowDupont; e Syngenta foi comprada pela ChemChina; Monsanto e Bayer se fundiram. A magnitude dos números demonstra o poder do setor do agronegócio, o grande financiador de lavouras transgênicas, que acompanha as mudanças no capital mundial (BEVILAQUA et al, 2017).

A ideia de que os transgênicos e que o uso extensivo de agrotóxicos é necessário para que as lavouras se desenvolvam é baseado na promessa de rendimentos maiores e diminuição do risco de perdas, assim como no pensamento de que a capacidade de alimentar a população que cresce vertiginosamente depende disso (BEVILAQUA et al, 2017). Entretanto, dados demonstram que essa não é a real motivação já que, apesar disso, os níveis de fome tem crescido no Brasil. Segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil a insegurança alimentar grave, ou seja, a fome atingia cerca de 9% da população brasileira em 2021 enquanto que em 2022 a porcentagem saltou para incríveis 15,5% (REDE PENSSAN. 2021;2022).

A opção pelas sementes transgênicas reside no fato de que essas são mais resistentes e respondem melhor a aplicação de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, maximizando as áreas plantadas e os lucros dos grandes latifundiários (FERNANDES, 2017). Considerando que os principais cultivos são os de soja e milho, dois *commodities* de grande valor, é fácil verificar que a escolha e interesse nessas culturas não parte da preocupação com a qualidade e dignidade da vida humana e na garantia de alimentação e sim com o interesse do mercado. As tendências que culminaram na atual realidade do campo no Brasil são resultado direto de anos de favorecimento de latifundiários associados a grandes empresas que, por consequência, são ligadas aos mandos e desmandos do capital.

As sementes crioulas apresentam variabilidade genética que as permite se adaptar e modificar por meio da evolução mantendo o equilíbrio entre o ambiente. Nesse caso, uma mesma espécie de semente possui vários tipos selecionados conforme sua capacidade de se adequar ao solo, ao momento da semeadura e da colheita e valor nutritivo, por exemplo. A respeito da variabilidade genética, a produção de sementes transgênicas contribui para um processo denominado erosão genética, isto é, uma perda genética adquirida em consequência da manipulação laboratorial.

Em suma, a perda genética das espécies é um fenômeno natural visto que a influência do ambiente e a interação entre os seres vivos contribui para o refinamento genético que opta pela continuidade de alguns genes enquanto que outros não. A diversidade genética também faz parte do conceito de biodiversidade já que é esse fator o responsável por garantir que os organismos sobrevivam através dos anos e das condições. A presença da ação humana mudou esse panorama, já que a tecnologia permite a interferência direta na variabilidade genética das sementes através das alterações promovidas em laboratório. Também somos capazes de impedir o plantio de certas sementes, contribuindo para o seu desaparecimento, ou domesticá-las, fator que implica na dependência de determinadas culturas da ação humana para se perpetuar (BEVILAQUA et al, 2017). Assim, a erosão genética se dá no contexto das sementes manipuladas laboratorialmente porque não é a sua interação com o ambiente que promove a perpetuação e disseminação de suas características genéticas e sim a ação humana que tendenciosamente promoverá um modelo específico baseado em interesses mercadológicos resultando no decaimento da diversidade genética.

O manuseio das sementes pelos agricultores também contribui para o refinamento das culturas já que há um processo de seleção das sementes mais resistentes a cada nova safra, contribuindo para que a variedade mais resistente a pragas, geadas, secas, entre outros fatores, se perpetuem. A possibilidade de zelar pela preservação e cultivar sementes crioulas é duplamente benéfica: o manejo das sementes contribui para o desenvolvimento ambiental saudável e os liberta da necessidade de comprar sementes do mercado do agronegócio, contribuindo assim para a agrobiodiversidade e a segurança alimentar. Ademais, a preservação e a escolha das sementes entre os pequenos agricultores e também entre os indígenas são motivadas por fatores além da produtividade ou produção de riqueza material. As variedades de alimentos produzidas podem ser utilizadas em celebrações e atuar como um elemento de herança e/ou lembrança familiar, ou seja, há um valor imaterial associado ao cultivo de sementes crioulas (HOFFMAN et al, 2020).

A dependência criada entre os pequenos e o comércio agrícola desestabiliza as redes de produção, gerando insegurança alimentar das famílias e comunidades do campo (PEREIRA, et al. 2020). Além disso, a disponibilidade de alimentos cai consideravelmente, agravando uma condição já existente, a oferta de comida cada vez mais industrializada para o campo e para a cidade e no estranhamento entre o alimento e consumidor. Conforme Bevilaqua *et al* (2017) aponta que

Neste processo o alimento, predominantemente, tornou-se um produto altamente processado, cuja constituição, depende de uma série de complexos industriais de desintegração das matérias primas originais e posteriores rearranjos em sínteses artificiais de sabor, cor, energia, textura, composição e outros, à base de aditivos sintéticos e engenharia alimentar. Cada vez mais distante da roça de quem produz e da casa e cozinha de quem consome. Esse estranhamento e desconhecimento do processo produtivo resulta no afastamento e alienação cotidiana do ser humano das relações básicas de produção e reprodução da vida. Como resultantes, surgem a erosão das práticas e hábitos culturais de produção, preparo e conservação dos alimentos, bem como dos rituais alimentares e dos conhecimentos tradicionais (BEVILAQUA, *et al.* 2017, p.86).

Atravessamos um processo no neoliberalismo de reestruturação alimentar baseado no favorecimento de sementes capazes de produzir commodities patrocinados por empresas transnacionais que por sua vez dividem o globo entre produtores e consumidores (BEVILAQUA et al, 2017), a exemplo do Brasil, um grande centro de exportação de grãos como soja e milho que, por sua vez, são cultivados através da transgenia.

No que diz respeito especificamente às comunidades indígenas, observa-se que as comunidades dependem da FUNAI para aquisição de sementes que frequentemente são entregues após a época correta de semear e/ou não fazem parte do cotidiano alimentar da comunidade gerando desinteresse em cultivá-la (PEREIRA, et al. 2020).

As situações apontadas nos parágrafos anteriores como a desestruturação das famílias extensas e dos territórios Guarani-Kaiowá em prol da abertura de fazendas de gado e plantação de monocultura impacta na autonomia e desenvolvimento da sociedade de maneira central já que sem acesso a terra não é possível plantar, ou seja, não é possível comer. O território delegado aos Guarani-Kaiowá nos limites da aldeia não é suficiente para produzir e sustentar toda a comunidade já que sua extensão não comporta sua necessidade. Além disso, é importante apontar que a utilização de insumos agrícolas bem como a prática da monocultura tem esgotado os recursos naturais e envenenado a terra, impossibilitando que roças saudáveis sejam produzidas (PEREIRA et al. 2020).

No Mato Grosso do Sul, as principais lavouras financiadas pelo agronegócio são a soja e o milho que, plantadas sob a lógica da monocultura, ocupam extensões de terras gigantescas. Para cumprir a demanda de produção que atende ao mercado internacional, é preciso utilizar defensivos agrícolas que poluem o ar, a terra e a água além é, claro, de grandes extensões de terras. O compromisso do agronegócio é claro: produzir *commodities* e não plantar alimentos.

Analisando a história recente do Brasil, é possível encontrar tais evidências com facilidade. Poucos dias após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, o então presidente Michel Temer recebeu do Instituto Pensar Agro (IPA), um documento com as diretrizes acerca dos rumos do agronegócio nos próximos anos no Brasil sendo que um dos pontos principais era que empresas estrangeiras, pudessem comprar terras no Brasil de forma facilitada e flexível (PERES, 2021a. BENEVENUTO, 2016). O Instituto Pensar Agro é uma organização essencial para a estruturação da bancada ruralista dentro do Congresso Nacional, e, conforme o próprio site da instituição diz seu objetivo é “defender os interesses da agricultura e prestar assessoria à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) por meio do acordo de cooperação técnica” (PENSAR AGRO, s.d).

Em cumprimento aos interesses do capital, a companhia BrasilAgro, controlada por investidores argentinos e estadunidenses, junto com a SLC Agrícola

são exemplos desse cenário. Ambas empresas atuam como especuladoras imobiliárias de territórios rurais do Brasil, ou seja, compram terras a um baixo custo e aguardam o momento em que a revenda seja mais favorável em um processo de gentrificação semelhante ao que acontece com o mercado imobiliário nas zonas urbanas. As duas companhias possuem ações na bolsa de valores que sofrem variações constantes conforme a direção dos ventos, especialmente os soprados pelo cenário político. Um exemplo desse cenário é o que aconteceu em 2021, quando da votação da PL 3.729/04 que desobriga a necessidade de licenciamento para exploração de terras indígenas e quilombolas que ainda não foram demarcadas. Nessa ocasião, as ações da bolsa de valores do BrasilAgro e da SLC Agrícola bateram recordes de investimento o que demonstra na prática como a especulação opera (PERES, 2021).

Em 2020, o então presidente da AgroBrasil, André Guillaumon, afirmou que havia uma articulação em torno do senador ruralista Irajá Abreu (PSD-TO), redator da MP 2963/19 responsável por derrubar restrições legais ao capital estrangeiro na obtenção de propriedades rurais no Brasil. A intenção é claramente expressada por Guillaumon, em suas palavras “A Sociedade Rural, Abag [Associação Brasileira do Agronegócio]” compreende “que a restrição não é uma restrição à terra, é uma restrição ao capital. O que está se restringindo é a entrada do capital no país” (PERES, 2021a).

O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) iniciou em 2016 um investigação que aponta que a BrasilAgro possui terras adquiridas de maneira ilegal e sem as devidas autorizações dos órgãos brasileiros competentes em diversos estados como Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins. As ações da BrasilAgro são controladas pelo banco BTG Pactual e pela XP Investimentos, que se responsabilizam pela administração e venda dos papéis. Conforme denúncia matéria da agência de jornalismo investigativo Pública (2021) demonstra

Faz parte do modelo de trabalho da Brasilagro comprar e “preparar” terras para o cultivo de cana-de-açúcar, milho e soja, ou para a pecuária em larga escala. A produção agrícola do grupo é vendida a grandes empresas do exterior, como a holandesa Bunge, a norte-americana Cargill e a britânica Glencore. Feito o serviço, o que era Cerrado vira ativo financeiro: terras já desmatadas e registradas no governo valem mais, especialmente para agronegócios (PAES, 2021).

Já a SLC Agrícola teve em 2021 movimentações bilionárias e incomuns em suas ações, o que chamou a atenção da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que, por sua vez, exigiu esclarecimentos. Nesse período foi que a PL 3729/2004, que propunha a facilitação no uso agrícola de terras indígenas e quilombolas ainda não demarcadas, tramita no Congresso Nacional, gerando expectativa e especulação sobre as ações da SLC Agrícola e aumentando seu valor de mercado (PERES, 2021).

Como consequência direta das necessidades do capital estrangeiro, projetos como Medida Provisória 897/2019, conhecida como MP do Agro, iniciou sua caminhada pelo Congresso Nacional. A MP em questão facilitaria a compra de propriedades rurais no Brasil por pessoas físicas e estrangeiras. O site da Câmara dos Deputados afirma que o projeto, encabeçado pelo senador Irajá (PSD-TO), “dispensa a necessidade de autorização ou licença para aquisição e posse por estrangeiros, quando se tratar de imóveis rurais com áreas não superiores a 15 módulos fiscais” , medida que varia entre 5 e 110 hectares, conforme o município (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2021).

A MP transformou-se na Lei Nº 13.986/20, sancionada durante o governo Bolsonaro e apelidada de Lei do Agro. A princípio a Lei do Agro não fere a Lei nº 5.709 de 1971 que é responsável por regular a compra de terras por estrangeiros no Brasil e estabelece, entre outras situações, que empresas estrangeiras ou brasileiras, mas de capital majoritariamente estrangeiro podem possuir apenas 25% da área total de um município. Entretanto, a Lei do Agro de 2020 estabelece que se o produtor rural adquirir empréstimo com empresa estrangeira e não pagar sua dívida no prazo estabelecido, o credor pode tomar a terra do devedor sem ação judicial, ou seja, basta ir ao cartório e pedir a transferência do título de posse do imóvel. Além disso, se na região em que essa situação ocorrer o município já tiver 25% do seu território pertencente ao capital estrangeiro, conforme a Lei de 1971 apregoa, isso deve ser ignorado, isto é, agora um município pode ter mais do que ¼ do seu território nas mãos do capital estrangeiro (BRASIL, 2020; BRASIL, 1971).

Considerando as dimensões do Brasil, é possível projetar que algumas empresas possam adquirir territórios brasileiros que são maiores do que alguns países. Por exemplo: 25% do território da cidade de São Paulo é maior do que a extensão da Bélgica, enquanto que 25% do território do Rio de Janeiro é superior ao território norueguês. É possível vislumbrar um futuro em que grande parte do

território brasileiro pode pertencer a empresas estrangeiras e que o movimento de conglomerados e monopólios concentre tudo nas mãos de apenas um grupo. Esse cenário macula a soberania nacional e compromete a segurança alimentar dos brasileiros já que todos os bens, inclusive a água, presentes nesses territórios serão de outrem que não o povo brasileiro.

É plausível visualizar um cenário em que pequenos agricultores, entre eles as comunidades indígenas, que atravessam dificuldades como a falta de acesso a recursos financeiros, extensões adequadas de terreno, a sementes crioulas, que já são coagidos pelo assédio do agronegócio nacional a arrendar ou vender suas terras diante da impossibilidade de cultivo (VERA, 2020. MERLINO; PERES, 2023) tenha sua situação agravada visto que, ao envolver empresas estrangeiras na transação, a disputa Legal se complexifica.

A falta de território é um elemento central seja para os indígenas, seja para os latifundiários, sendo que a diferença entre os dois se dá no significado e nos usos da terra. Esse processo foi promovido e construído por anos e conduzido pelos interesses das elites, com intermédio do Estado, para favorecer os setores ligados ao agronegócio que agora se metamorfoseiam para incluir-se na lógica neoliberal da financeirização.

Apesar das dificuldades e das investidas do capital, os povos indígenas têm aderido a estratégias para minimizar os impactos causados a seu modo de vida tradicional e garantir sua produção alimentar. Uma dessas alternativas diz respeito ao projeto da professora doutora Zefa Valdivina Pereira, que com o intuito de promover e zelar pela agricultura indígena, propôs ao edital Edital Nº 36/2018 - Tecnologia Social do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) a criação do Banco Comunitário de Sementes Crioulas. O projeto iniciou-se em janeiro de 2019 com a distribuição de sementes crioulas ou mudas de alimentos como feijões, milho, amendoim, arroz, batatas, mandiocas, carás, inhames, e outras, para 30 famílias (PEREIRA et al. 2020).

[...] foi possível constatar o resgate do controle comunitário sobre as sementes tradicionais contribuindo para a reconstituição da identidade social, fortalecimento e revalorização das práticas culturais, além da promoção do empoderamento das comunidades na busca de maior autonomia e soberania alimentar (PEREIRA et al. 2020, p.7).

A preservação das sementes crioulas promove não apenas o sustento imediato da comunidade através da produção de alimentos, mas também contribui para o progresso das sementes em termos de adaptabilidade, ou seja, a manipulação das sementes as torna mais resistentes com o tempo e preserva sua variabilidade genética eliminando a dependência do mercado de insumos agrícolas e do comércio de sementes (VASCONCELOS et al., 2011). Além de alimentar a comunidade, a produção de roças com sementes crioulas possibilita também que o excedente seja vendido para pessoas de fora da aldeia, gerando uma renda extra para as famílias (PEREIRA et al. 2020).



**Imagem 2:** Cajetano Vera com representante da Prefeitura Municipal de Dourados em reportagem sobre o Banco de Sementes. Fonte: Prefeitura Municipal de Dourados (2019).

O Banco de Sementes localiza-se na aldeia Jaguapiru, em Dourados, na Escola Tengatui Marangatu, onde uma câmara fria foi instalada para preservar as sementes. O projeto, que é coordenado na aldeia pelo professor Guarani Nhandéva Cajetano Vera (2020), representa um marco importante no fortalecimento da agricultura indígena, assim como é uma das maneiras de resistir ao assédio promovido pelo agronegócio à comunidade. Vera (2020) pontua que o confinamento dos povos indígenas como um componente medular na dificuldade de produzir roças pelos indígenas.

O confinamento é uma perda contínua de território e valores tradicionais de identidades. Assim, perde o cuidado com o cultivo da terra. Encontram-se vários estudantes que não conhecem como cultivar a terra e nem os segredos dos cultivos das sementes tradicionais porque houve uma ruptura histórica e social brusca com as perdas da Terra e Território. A divisão de lotes por família na comunidade indígena é desigual, pois, apenas algumas famílias possuem terras grandes e outras, possuem apenas um pequeno pedaço de terra, somente para moradia, não há espaço para produção de alimentos para sua sustentabilidade. Isso é resultado de superpopulação na aldeia de Dourados/MS; que levam estas populações viverem em confinamentos (VERA, 2020, p. 3).

A semente é o elemento central nas roças visto que é a sua qualidade e a sua existência que determina o desenvolvimento dos alimentos agora e no futuro, além de contribuir para a independência em relação ao mercado de sementes mantido pelo agronegócio. A valorização da comunidade, promovida pela reconquista da sua capacidade de produzir alimentos, traz consigo a reconquista do sentido de viver e existir. A antropóloga Maristela Insfram (2021) relata em sua dissertação que os anciões de comunidades indígenas apontam a guarda de sementes como atitude de grande importância para a bem aventurança das roças sendo, portanto, um sistema essencial para a retomada da autonomia alimentar indígena.

Segundo os anciões das comunidades guarani e kaiowá, a principal recomendação para obter uma boa cultura era guardar sementes; para não perder a época do plantio, eram guardadas em cima do fogo, pois a fumaça as protegia dos insetos. Também o uso da cosmologia (fases da lua, posição da constelação no céu) era fundamental para definir o momento de plantar e colher (INSFRAM, 2021 *apud* FERREIRA LIMA, SANGALLI e RODRIGUES, 2017).

A preservação das sementes e seu plantio são partes estruturantes da sociedade indígena e contribuem para sua manutenção e coesão social. O historiador kaiowá Izaque João demonstra em sua dissertação *Jakaira Reko Nheypyry Marangatu Mborahéi: Origem E Fundamentos Do Canto Ritual Jerosy Puku Entre Os Kaiowá De Panambi, Panambizinho E Sucuri'y, Mato Grosso Do Sul* (2011) como a atividade agrícola Kaiowá “tradicional possui várias regras criadas desde o princípio de sua existência, sendo concebida como um conjunto de fenômenos dependentes da prática de rituais” (JOÃO, 2011).

Segundo Izaque João (2011, *apud* Leon Cadogan, 1997) o início do plantio do milho saboró tinha início no mês de agosto e era sinalizada pela floração do ipê. De maneira similar, a floração da planta nativa denominada como *guembe* marcava o

início da plantação de outros alimentos. Um dos principais produtos agrícolas cultivados pelos Kaiowá é o milho branco, conhecido também como milho saboró ou avati jakaira, um cereal de origem divina e que requer cuidados especiais no que diz respeito ao plantio e ao consumo.

O primeiro produto plantado por Jakaira, uma divindade, foi milho branco que o fez por meio de reza e requer que os homens façam o mesmo para que o plantio e a colheita sejam bem sucedidos: “deve-se cantar para plantar, para ser protegido das pragas e, por último, na colheita, quando ainda está verde (avati kyry), para que possa ser consumido sem riscos para a saúde” (JOÃO, 2011, p. 28). O Jakaira é compreendido como o milho branco em si, ou seja, a planta que é semeada e consumida e também como o dono-mestre de outras plantas agrícolas. Devido a sua natureza celestial, ou seja, não humana, o milho branco é perigoso para os homens se consumido sem a realização do Jerosy Puku (CARIAGA, 2019).



**Imagem 3:** Milho saboró plantado perto de uma estrada. Fonte: Izaque João (2011, p.33).

O Jerosy Puku, por sua vez, é um complexo ritual composto por cantos, rezas e danças que dura cerca de três noites, conduzido principalmente pelo nhanderu e nhandesy - homem e mulher rezadores, respectivamente. A cerimônia tem por objetivo batizar o milho branco, um cereal sagrado para os Guarani, iniciando o

calendário agrícola. O milho branco é um alimento derivado diretamente da divindade Jakaira que durante os canto-rezas do Jerosy Puku é invocado para abençoar e proteger o plantio que terá início em breve (CARIAGA, 2019). Após a colheita, o milho ainda precisa passar pelo *jehovasa* “uma “benção” realizada pelo xamã, determinante para o seu desenvolvimento mais rentável” (JOÃO, 2011, p. 26), para então ser consumido.

[...] o Jerosy Puku é canto-reza-ritual longo feito para Jakaira e suas criações e é também o canto-dono, do qual deles se derivam outros cantos e por sua vez, a realização dele estabelece um evento de dupla comunicação: quando o *mimby* é tocado pelo rezador humano, Paí Kwára e Jakaira em seus devidos patamares celestes, ao ouviremo som emitido pela flauta ritual, tocam os seus *mimbye* dão início a uma comunicação entre as rezas que criam um caminho entre os planos (CARIAGA, 2019, p. 62).

Os alimentos produzidos através da agricultura são categorizados conforme uma hierarquia na qual o milho saboró é o elemento principal, em seguida estão outras espécies de milho como o *avati tupi*, *avati tupitĩ* e *avati pytã* seguido por grãos como o feijão. O desenvolvimento saudável dessas culturas é interligada ao milho saboró, ou seja, se este não cresce de maneira adequada, as outras culturas são prejudicadas. Além de observar a maneira certa de plantar, é preciso se atentar a forma correta de consumir os alimentos. Mesmo após o *jehovasa*, a batata só pode ser assada ou cozida na água; a banana assada pode ser consumida por ambos sexos, mas apenas entre sujeitos que já pararam de se reproduzir já que a mulher em idade reprodutiva que consumir esse alimento pode não ter leite para amamentar e o homem pode produzir crianças desnutridas, por exemplo.

Ao acompanhar as famílias indígenas da comunidade Panambizinho, Izaque João (2011) relata as dificuldades encontradas pelas famílias para realizar o plantio do milho saboró de acordo com a tradição.

Durante os estudos, tenho constatado várias dificuldades na prática da agricultura na comunidade, haja vista que muitas famílias deixaram de plantar o milho saboró devido às exigências do cultivo. Além disso, muitas variedades de outros produtos desapareceram na comunidade, como é o caso de *mbakuku*, *kara guasu*, batata (*jety asaĩ*, *jety raro sayju*) e moranga (*kuarapepẽ puku*, *kuarapepẽ kuru*). Alguns produtos muito significativos para os Kaiowá foram extintos nas três aldeias pesquisadas. Isso se deu pelo fato de lá eles não conhecerem as regras específicas seu plantio ou por outros motivos.

Mas a principal alegação que se ouve é que o desenvolvimento do milho branco é inviável na atual situação territorial das aldeias, como, por exemplo, a proximidade com estradas e outras lavouras nas próprias comunidades (JOÃO, 2011, p. 32).

O milho saboró não deve ser plantado perto de estradas ou locais em que há movimentação constante de pessoas porque o contato humano antes do tempo resulta no insucesso da roça, que deve ser acessada apenas pelo rezador. Algumas famílias desconhecem os rituais necessários para a plantação do milho saboró enquanto que algumas outras que conhecem os rituais para plantar se recusam a fazer por conta da inadequação territorial. Ainda há casos de membros da comunidade que se “arriscam” a cultivar o milho saboró reconhecendo que a falta das condições ideais para o plantio pode acarretar problemas (JOÃO, 2011).

O crescimento populacional das aldeias aliado ao espaço territorial reduzido em que os Guarani-Kaiowá foram confinados inviabiliza que as roças sejam plantadas respeitando a tradição, portanto, sem a roça não há o milho e sem o milho não há a realização dos rituais e festas estruturantes da sociedade. O milho além de alimentar o corpo físico alimenta também o corpo espiritual já que é através dele e das cerimônias por ele protagonizadas que os membros da comunidade encontram coerência, auto-estima e independência em seu modo de vida.

## Considerações Finais

Pela via nutricional e biológica, a comida fornece ao corpo os nutrientes necessários para o seu bom funcionamento, manutenção e desenvolvimento saudáveis. Simbolicamente, os hábitos alimentares são capazes de demonstrar os costumes, hábitos, restrições e sociabilidade de um povo. Grupos sociais têm escolhas alimentares diferentes que são demonstradas não apenas através da opção alimentícia em si, mas também através de como se prepara o alimento, quando, o que e com quem se come (MACIEL, 2001).

O que comemos e as formas como o fazemos nos define socialmente. Ainda que comer seja instintivo e natural, não necessariamente significa que os homens o fazem de maneira consciente no que diz respeito aos valores nutricionais dos alimentos, e sim que as escolhas alimentares tendem a ser realizadas pela influência social e pelos hábitos cotidianos (LIMA *et al*, 2015).

Para Levi-Strauss (1964) em *O Cru e o Cozido*, o fogo é o responsável pela transição do estado de natureza do homem (ingestão de alimentos de forma crua ou da caça) para o estado de cultura, ou seja, é a partir desse ponto que damos significados que vão além do valor nutricional aos alimentos. O autor demonstra que assim como todas as culturas possuem alguma linguagem para se comunicar, elas também possuem formas de cozer seus alimentos, dessa maneira a comida é elevada ao *status* de linguagem universal. A comensalidade demonstra a comida como cultura na medida em que seu significado representa a agregação de valor ao costume outrora apenas nutricional. Os atos de cozinhar e de sentar-se ao redor da mesa para desfrutar da refeição permite com que os indivíduos envolvidos troquem experiências e discutam o cotidiano.

Alimentar-se é imprescindível para a sobrevivência dos seres humanos, assim como a nutrir a cultura é essencial para a reprodução de uma sociedade. A noção de saúde e alimentação saudáveis é atrelada ao valor cultural que os alimentos possuem, ou seja, que significado determinado alimento carrega. Por isso, a ritualista em torno da plantação e consumo do milho é fundamental para a perpetuação da sociedade Kaiowá conectando o divino na composição de sua cosmologia. Ademais, as rezas dentro da sociedade Kaiowá são parte estrutural de sua organização social e estão presentes nas esferas da vida, inclusive na alimentação. A preservação das cerimônias e rezas passa pela valorização de

figuras importantes como os líderes espirituais - *nhanderu* e *nhandesy* - bem como das casas de rezas e dos artefatos religiosos abrigados em seu interior.

Se reconhecemos o exposto acima como fundamental para a (re)existência Guarani Kaiowá, o latifúndio enxerga uma oportunidade de desestabilizar politicamente os povos indígenas. Como forma de ataque por meio de violência física e psicológica, casas de reza no interior das aldeias são frequentemente queimadas, destruindo instrumentos sagrados, maculando o território e afetando a organização social da comunidade. Em uma simples pesquisa online é possível encontrar notícias sobre casas de reza incendiadas em diversas aldeias no Mato Grosso do Sul que ora são atribuídas a ação dos grandes fazendeiros da região ora não é solucionado o motivo do incidente.

O agronegócio, aliado ao Estado através de bancadas parlamentares ignora os povos indígenas em benefício da Capital. Durante a pandemia de COVID-19, os Guarani-Kaiowá em Dourados sofreram com a rápida disseminação da doença nas aldeias em razão da inércia da JBS, foco do primeiro indígena contaminado, com a falta de profissionais de saúde retirados de seus postos além da fome. Enquanto isso, a base aliada ao agronegócio e ao ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, trabalhava para aprovar Leis como o Marco Temporal e as já citadas Lei do Agro e PL da Grilagem. Deixar que os Guarani Kaiowá morressem era um projeto de nação.

O conflito agrário é central e esbarra nas noções sobre a terra e seus usos. Enquanto os Guarani Kaiowá do MS lutam por acesso a seu território tradicional, do qual foram expulsos a pouco tempo em termos históricos, para dar dignidade e autonomia a sua comunidade, o agronegócio trabalha em favor do Capital e de seus pilares: a acumulação e o domínio da propriedade privada. Como demonstrado ao longo deste trabalho, e por teóricos como Karl Marx ou em livros como o excelente *Calibã e a Bruxa* de Silvia Federici, a acumulação primitiva capitalista começa no campo pois a terra é um bem essencial para barganhar a sobrevivência dos trabalhadores. Sem terra não é possível morar, não é possível plantar, não é possível comer, não é possível existir. É notável que no Brasil vivemos uma constante política de acumulação primitiva em que os povos indígenas são considerados uma ameaça por se oporem a essa lógica perversa.

À medida que os Guarani Kaiowá são desprovidos dos meios para produzir sua alimentação através do espólio de suas terras, são coagidos a vender sua força de trabalho. Os frigoríficos, outra peça chave dentro do mecanismo do

agronegócio, compra essa força dos trabalhadores a fim de produzir a sua mercadoria. Na linha de produção, o trabalhador não detém controle sobre o processo produtivo tornando-se apenas mais um em meio a massa trabalhadora equiparado a mercadoria que produz. Nos abatedouros, a vida e a morte são limites que se borram não apenas no que diz respeito aos animais, mas também aos trabalhadores que são expostos a condições perigosas constantemente.

É importante apontar que a COVID-19 é consequência direta da maneira exploratória com que o Capital tem manipulado as florestas e a vida selvagem em todo mundo. A proximidade dos humanos com animais selvagens expõe as espécies ao contato com patógenos que não são desconhecidos e, portanto, não há defesa por parte do sistema imunológico. Essa situação é preocupante tanto para os seres humanos quanto para os animais já que a dizimação em massa de espécies, situação que tem acontecido em algumas regiões conforme o exemplo demonstrado a respeito dos macacos Nativos do Novo Mundo, desequilibra o ecossistema. Ao refletir sobre o caso dos frigoríficos em especial, a culpa é dupla.

A primeira parcela da responsabilidade diz respeito à demanda de criação e exportação de carne, já que para atendê-la é preciso ampliar a abertura de território e, portanto, a derrubada das matas encurralando as espécies selvagens e desequilibrado a cadeia ecológica. Outro agravante que também pode estar ligado diretamente ao surgimento de novas doenças é o uso rotineiro de antibióticos para prevenir doenças nos animais destinados ao abate e consumo humano. Embora o processo de resistência bacteriana a antibióticos seja algo natural, a ação humana e o uso indiscriminado dessa substância acelera o processo de resistência bacteriana que pode sair do controle e gerar doenças que não seremos capazes de combater (UENO, 2023). A segunda parcela, por sua vez, diz respeito à responsabilidade dos frigoríficos na disseminação do vírus da COVID-19 em cidades do interior, como demonstrado anteriormente no Capítulo 2.

A estrutura que mantém as engrenagens do agronegócio a pleno vapor são parte de um processo histórico que teve início com a abertura de fazendas, com o confinamento dos povos indígenas do MS, com a tomada compulsória de suas terras e claro, com a criação de gado. Como demonstrado na tese de Natacha Leal (2014) o MS do sul foi colonizado por homens e bois. O empenho dos criadores uberabenses para trazer os bois da Índia foi fundamental para que o agronegócio alcançasse o patamar atual. A partir disso, cria-se um mercado de consumo de

carne de gado, introduzido no país como parte de sua identidade brasileira, que aliado à soja e ao milho, são divulgados como motor da economia nacional. De fato, a agroindústria move a economia do país e gera riqueza, mas esta é concentrada nas mãos de alguns grupos, como demonstrado anteriormente neste trabalho. As mudanças ocorridas nas últimas décadas, inclusive a mecanização e as biotecnologias implementadas na produção pecuária e agrícola aumentaram a produção em números, mas não contribuíram para uma maior distribuição e acesso alimentar no mundo, como prometeu a Revolução Verde, pelo contrário concentrou o acesso a terras a algumas pessoas aprofundando o abismo da insegurança alimentar.

Apesar do cenário árido, os Guarani Kaiowá no MS, um estado tão fortemente ligado ao agronegócio, não se acovardam e lutam diariamente pelo direito ao seu território tradicional. Nessa batalha, suas vidas enquanto indivíduos independentes e como sociedade é ameaçada de morte a todo momento. São taxados pelo senso comum como preguiçosos e vagabundos quando na verdade lutam pelo acesso à terra para ter a oportunidade de viver dignamente em uma sociedade capaz de desenvolver os seres humanos em potencialidade além daquele desempenhado no trabalho assalariado capitalista.

A insegurança alimentar em todos os seus níveis, inclusive no mais extremo: a fome, é resultado da produção e distribuição no mundo capitalista. Os mercados oferecem uma variedade limitada de produtos frescos, muitas vezes contaminados por agrotóxicos, em relação a multiplicidade de vegetais e frutas que poderiam ser cultivados não fosse o mar de soja e boi que domina as terras brasileiras. A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha escreve que “Os índios, no entanto, têm futuro: e, portanto, têm passado. Ou seja, o interesse pelo passado dos povos indígenas, hoje, não é dissociável da percepção que eles farão parte do nosso futuro” (CRESPE, 2015 *apud* CUNHA, s.d). Os povos indígenas estão no nosso futuro, agora mais que nunca diante da catástrofe climática, porque seu modo de produção alimentar garante variedade, abundância e preserva a biodiversidade e o meio ambiente.

A troca e guarda de sementes entre os Guarani Kaiowá é uma prática que garante a produção alimentar e o refinamento natural dos espécimes, mas também a afetividade e solidariedade comunitárias, assim como a autoestima e autonomia alimentar. As sementes são a unidade essencial da agricultura e sem elas não há

alimento, por isso a importância de locais como o Banco de Sementes da aldeia Jaguapiru.

Controlar a disponibilidade de alimentos é uma arma do Capital que passa pelo controle de sementes e pela dificuldade de sua circulação. Não é ao acaso que o agronegócio possui um mercado de sementes, ou seja, é preciso poder aquisitivo para adquiri-las, além de ignorar a imensa variedade de sementes de um mesmo produto agrícola. Ao ler relatos de indígenas mais velhos, que tiveram, ainda que minimamente, contato com o tempo em que os Guarani Kaiowá experimentaram seu modo de vida tradicional e produziam alimentos variados e abundantes penso que a esperança e a coragem de lutar vem também da convicção de que um mundo diferente é possível. Uma vez mais, os povos indígenas estão no futuro.

## Referências Bibliográficas

ABRAMO, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. *Cienc. Cult.* São Paulo, v. 58, n. 4, p. 40-41, dec. 2006.

AGÊNCIA C MARA DE NOTÍCIAS. Proposta regulamenta compra de terras rurais por estrangeiros. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/720837-proposta-regulamenta-compra-de-terras-rurais-por-estrangeiros/>>. Acesso em: 12 ago. 2023.

Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO). Relação de Estabelecimentos Registrados no Serviço de Inspeção Estadual. IAGRO. 03 de maio de 2022. Disponível em: <<https://www.iagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Lista-de-Industrias-03.05.2022.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2023.

Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO). Serviço De Inspeção Estadual – (SIE). s.d. Disponível em: <<https://www.iagro.ms.gov.br/servico-de-inspecao-estadual-sie/>>. Acesso em: 19 nov. 2023.

ARAÚJO, Francisco de Assis Oliveira Mota. Agroindustrialização Nos Municípios De Dourados/Ms, Rondonópolis/Mt E Rio Verde/Go: Expansão Da Fronteira Agrícola E Suas Contradições (1970-2010). *REVISTA DE ECONOMIA DA UEG - VOL. 15, N.º 2, JUL/DEZ.* 2019. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUK EwjE6ZK75Yj8AhViLrkGHbG3BK8QFnoECBcQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.revista.ueg.br%2Findex.php%2Feconomia%2Farticle%2Fview%2F9552%2F7377&usg=AOvVaw2SnWfCUapQqxHpqah0FNJ2>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

APIB. Emergência Indígena. s.d. Disponível em: <<https://apiboficial.org/emergenciaindigena/>>. Acesso em: 06 jan. 2023.

Associação Brasileira de Frigoríficos (ABRAFRIGO). Relação-de-Abatedouros-Frigoríficos. 2022. Disponível em: <<https://www.abrafrigo.com.br/wp-content/uploads/2022/03/Rela%C3%A7%C3%A3o-de-Abatedouros-Frigor%C3%ADficos.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2023.

BENEVENUTO, Márcia. Instituto Pensar Agro entrega documento de prioridades do setor ao Presidente Michel Temer. Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ). 2016. Disponível em: <<https://www.abcz.org.br/noticias/noticia/24613/instituto-pensar-agro-entrega-documento-de-prioridades-do-setor-ao-presidente-michel-temer>>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BENTO, André. Tribunal determina perícia para encontrar 61 hectares da Reserva Indígena. 23 abr. 2021, Dourados. Disponível em: <<https://www.douradosnews.com.br/dourados/tribunal-federal-determina-pericia-para-saber-onde-estao-61-hectares/1153420/>>. Acesso em: 18 set. 2023.

BERNARDES, José E; RAMOS, Vanessa. Vazamento em tubulação de amônia da JBS, em Duque de Caxias, deixa cinco feridos. *Brasil de Fato.* São Paulo, SP. 20 de

Maio de 2023. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/20/vazamento-em-tubulacao-de-amonia-d-a-jbs-em-duque-de-caxias-deixa-cinco-feridos>>. Acesso em: 24 de ago. 2023.

BEVILAQUA, Gilberto A. P; et al. Transgênicos E Erosão Genética: O Paradoxo Da (In)Segurança Alimentar. Agroecología 12 (2): 81-87, 2017. Disponível em: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/download/347481/250961/1177431>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRAND, Antonio. “O bom mesmo é ficar sem capitão”: o problema da “administração” das reservas indígenas Kaiowá/Guarani, MS. Tellus, ano 1, n. 1, p. 67-88, out. 2001. Campo Grande - MS.

BRAND, Antônio. O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica, PUC. Porto Alegre, RS, 1997.

BRAND, Antonio. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. Tellus, ano 4, n. 6, p. 137-150, abr. 2004.

Brand, Antonio. “Quando chegou esses que são nossos contrários”- a ocupação espacial e o processo de confinamento dos Kaiowá/ Guarani no Mato Grosso do Sul. MULTITEMAS n. 12, nov. 1998.

BRASIL. Decreto Nº 8.072, De 20 De Junho De 1910. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-norma-pe.html>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943. Disponível: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5941-28-outubro-1943-416007-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 87 de 20 de julho de 1948 . Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp87.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Lei No 5.709, De 7 De Outubro De 1971. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5709.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BRASIL. Lei Nº 13.986, De 7 De Abril De 2020. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l13986.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13986.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BRASIL. Lei Nº 8.213, de 24 de Julho de 1991. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm)>. Acesso em: 24 de ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Serviço de Inspeção Federal (SIF). 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-animal/sif>>. Acesso em: 19 nov. 2023.

CALDAS, Juliana. Braquiária muito além da alimentação animal. 05 fev. 2018. Disponível em:

<<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31795514/braquiaria-muito-alem-da-alimentacao-animal#:~:text=De%2080%20a%2090%25%20da,tropicais%20e%20subtropicais%20do%20Brasil>>. Acesso em: 17 set. 2023.

CHAMORRO, Graciela. TERRA MADURA YVY ARAGUYJE: Fundamento da Palavra Guarani. Dourados, 2008.

CIMI. Nota do Cimi Regional Mato Grosso do Sul sobre a pandemia de covid-19 entre os Kaiowá e Guarani. Campo Grande, MS; 18 mai. 2020a. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2020/05/nota-do-cimi-ms-sobre-pandemia-covid-19-entre-kaiowa-guarani/>>. Acesso em: 03 jan. 2023.

CUT. Acidente de trabalho vira 'suicídio'. CUT - Central Unica dos Trabalhadores. 2007. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/acidente-de-trabalho-vira-suicidio-1d30>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

COLMAN, Rosa Sebastiana. Território e sustentabilidade : os Guarani e os Kaiowá de Yvy Katu. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Local. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 2007.

CRESPE, Aline C. MOBILIDADE E TEMPORALIDADE KAIOWÁ: DO TEKOKHA À RESERVA, DO TEKOKHARÃ AO TEKOKHA. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas, UFGD. Dourados, MS, 2015.

CARIAGA, Diógenes Egidio. Relações e Diferenças: A ação política kaiowá e seus partes. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2019.

Dicionário de Agroecologia e Educação. Alexandre Pessoa Dias (*et al*). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

DOLCE, Julia. A história do trabalhador que morreu em máquina de moer frango – e do frigorífico onde ele trabalhava. 2019. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/04/23/a-historia-do-trabalhador-que-morreu-em-maquina-de-moer-frango-e-do-frigorifico-onde-ele-trabalhava/>>. Acesso em: 19 out. 2023.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Sobre o Tema. s.d.a. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/tema-transgenicos/sobre-o-tema>>. Acesso em: 29 jul. 2023.

ESTADÃO. Febre amarela: macacos a perigo. 28 jan. 2024. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/saude/febre-amarela-macacos-a-perigo/>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FERNANDES, Gabriel B. SEMENTES CRIOULAS, VARIETAIS E ORGANICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: DA EXCEÇÃO LEGAL À POLÍTICA PÚBLICA. Capítulo publicado em: A política nacional de agroecologia e produção orgânica no

Brasil : uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável / organizadores: Regina Helena Rosa Sambuichi ... [et al.]. – Brasília : Ipea, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8814>>. Acesso em: 29 jul. 2023.

FREITAS, Rodrigo; LÓPES, Gessé. Vazamento de amônia intoxica funcionários de frigorífico em Dourados (MS). g1 MS e TV Morena. 30 de maio de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/05/30/vazamento-de-amonia-intoxica-funcionarios-de-frigorifico-em-dourados.ghtml>>. Acesso em: 27 de ago. 2023.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Quem São. Ministério da Justiça e Segurança Pública - Fundação Nacional do Índio, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao>>. Acesso em: 17 jan. 2021.

GEITENS, Juliana Fronckowiak. Exclusivo: os dados inéditos sobre Covid-19 em frigoríficos de pequenos municípios. O Joio e o Trigo. 03 de junho de 2020. Disponível em: <<https://ojoioetrigo.com.br/2020/06/exclusivo-os-dados-ineditos-sobre-covid-19-em-frigorificos-de-pequenos-municipios/>>. Acesso em: 24 de ago. 2023.

HOFFMANN *et al.* Manejo de Variedades Tradicionais de Milho em Comunidades de Agricultores Familiares no Mato Grosso do Sul. Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science. v.9, n.1, jan.-abr. 2020 • p. 273-292. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/304986405.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

INSFRAM, Maristela Aquino. O Dilema Da Fome Entre Os Alunos Da Escola Municipal Indígena Lacuí Roque Isnard - Dourados Ms. Registro Das Experiências Em Agroecologia Com As Famílias. Dissertação (Mestrado Em Antropologia). Faculdade De Ciências Humanas, Universidade Federal Da Grande Dourados. Dourados, 2021.

INSFRAM, M. A. COLMAN, R. S. MORAIS, C. Os Desafios dos Povos Guarani/ Kaiowá frente à Produção de Alimentos. RAMS, UFMS, Campo Grande, MS, 2019.

INSFRAM, Maristela Aquino COLMAN, Rosa. Sustentabilidade: Produção Agrícola e Reciprocidade Guarani/ Kaiowá na Aldeia Bororó. II Seminário Internacional - Etnologia Guarani, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave. 2020. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Os indígenas no Censo Demográfico 2010 primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <[https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena\\_censo2010.pdf](https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf)>. Acesso em: 17/01/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO (CONCLA). 2023. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas/classificacao-nacional-de-atividades-economicas.html>>. Acesso em: 09 de set. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS). Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT - Plano de Dados Abertos 2016/2018. s.d. Disponível em: <<https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/inss-comunicacao-de-acidente-de-trabalho-cat1>>. Acesso em: 24 de ago. 2023.

INSTITUTO PENSAR AGROPECUÁRIA. História do IPA. s.d. Disponível em: <https://www.pensaragro.org.br/historia-do-ipa/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

Instituto Socioambiental (ISA). Reserva Indígena Dourados. s.d. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3656#direitos>>. Acesso em: 17 set. 2023.

JARA, Tainá. Indústria não parou e hoje tem incidência recorde de covid-19 em MS. CAMPO GRANDE NEWS, 2020. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/economia/industria-nao-parou-e-hoje-tem-incidencia-recorde-de-covid-19-em-ms>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

JOÃO, Izaque. Jakaira Reko Nheypyrũ Marangatu Mborahéi: Origem E Fundamentos Do Canto Ritual Jerosy Puku Entre Os Kaiowá De Panambi, Panambizinho E Sucuri'y, Mato Grosso Do Sul. Dissertação (Mestrado Em História). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2011.

JOHNSON, Felipe M; FARIA, Lucas L. Pandemias, profecias e autonomias: os Guarani e Kaiowá contra a COVID-19. Cadernos de Campo (São Paulo, online). Vol.29, (suplemento), p.42-52. USP 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/170254>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

JORGE, C. A. S. Insegurança Alimentar Entre Famílias Indígenas De Dourados, Mato Grosso Do Sul, Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciência da Saúde). Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

JUNIOR, J. R. S. Produção E Reprodução Indígena: O Vir E O Porvir Na Reserva De Dourados/Ms. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

KLEIN, Tatiane; FOSCACHES, Nataly. Dos frigoríficos às plantações de cana: como o agronegócio expôs indígenas à covid-19. Repórter Brasil, 2020. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2020/06/dos-frigorificos-as-plantacoes-de-cana-como-o-agronegocio-expos-indigenas-a-covid-19/>>. Acesso em 27 de abril de 2021.

IMA, R. S; NETO, J. A. F; FARIAS, R. C. Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade. Demetra, vol. 24, n.3, p. 507-522, 2015.

LEAL, Natacha Simeí. Nome aos bois Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

LESCANO, Marcilene Martins. Roças Kaiowá: Cuidados Práticos, Rituais E Técnicas De Cultivo Na Reserva Taquaperi. Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O Cru e o Cozido: mitológicas I. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MELIÁ, B. 1990. A terra sem mal dos Guarani. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 33.

NEIVA, Leonardo. Missões contemporâneas elevam risco de contágio. Gama Revista, 01 ago. 2021. Disponível em: <<https://gamarevista.uol.com.br/semana/de-quem-e-a-causa-indigena/missoes-povo-s-indigenas/>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

MACIEL, Maria Eunice. Cultura e alimentação ou o que tem a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre. v.7, n.16, p. 145-156, 2001.

MERLINO, Tatina; PERES, João. Envolvidos em irregularidades, indígenas sojicultores tentam licenciar área de 19 mil hectares em Mato Grosso. O Joio e o Trigo - Jornalismo investigativo sobre alimentação, saúde e poder. 01 de junho de 2023. Disponível: <<https://ojoioetrigo.com.br/2023/06/indigenas-sojicultores-tentam-licenciar-area-em-mato-grosso/>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

MIZUSAKI, Márcia Yukari Território e reestruturação produtiva na avicultura. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009. 356p.

MORETTO, Adriano *et al.* Trabalhadores são levados para hospital após vazamento de amônia em frigorífico. Jornal Dourados News. 01 março de 2023. Disponível em: <<https://www.douradosnews.com.br/dourados/trabalhadores-sao-levados-hospital-frigorifico/1204535/>>. Acesso em: 27 de ago. 2023.

OLIVEIRA, Cida de. Por que milhões de brasileiros passam fome se o país colhe safras recorde? Brasil de Fato, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/03/14/por-que-milhoes-de-brasileiros-passam-fome-se-o-pais-colhe-safras-recorde>>. Acesso em: 01, maio de 2021.

OLIVEIRA, Rafael. Contaminação de indígenas em Dourados partiu de frigorífico da JBS. Agência Pública. 10 de junho de 2020. Disponível em: ><https://apublica.org/2020/06/contaminacao-de-indigenas-em-dourados-partiu-de-frigorifico-da-jbs/>>. Acesso em: 27 de ago. 2023.

O PROGRESSO. Aldeias têm baixa de 30 servidores da Saúde e visitas são suspensas. 22 abr. 2020b. Disponível em: <<https://www.progresso.com.br/cotidiano/aldeias-tem-baixa-de-30-servidores-da-saude-e-visitas-sao-suspensas/371912/>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

O PROGRESSO. Aldeia tem entradas fechadas por indígenas após confirmação de 10 casos de Covid-19. 16 mai. 2020a. Disponível em: <<https://www.progresso.com.br/sociedade/saude/aldeia-tem-entradas-fechadas-por-indigenas-apos-confirmacao-de-10/372599/>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

PAES, Caio de Freitas. BTG e XP estão a serviço de estrangeiros suspeitos de compra ilegal de terras. Pública - Agência de Jornalismo Investigativo. 2021. Disponível em: <<https://apublica.org/2021/05/btg-e-xp-estao-a-servico-de-estrangeiros-suspeitos-de-compra-ilegal-de-terras/#sem-autoriza%C3%A7%C3%A3o-do-Incra-ou-do-Congresso-Nacional>>. Acesso em: 12 ago. 2023.

PEREIRA, Carolina De Freitas. As Agroestratégias Ruralistas de Desterritorialização De Povos Indígenas e Quilombolas: (Re)Definindo Marcos Legais e Usos Territoriais. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Programa De Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

PEREIRA, Levi Marques. Imagens kaiowá do sistema social e seu entorno. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PEREIRA, Levi M. Os Kaiowá em Mato Grosso do Sul: módulos organizacionais e humanização do espaço habitado. Levi Marques Pereira. -- Dourados, MS: Ed. UFGD, 2016.

PEREIRA, Levi Marques. Parentesco e Organização Social Kaiowá. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

PEREIRA, Zefa Valdivina *et al.* Casa de Sementes Crioulas Tengatui Marangatu: Uma estratégia para a segurança e soberania alimentar para as comunidades indígenas de etnia Guarani-Kaiowá de Dourados MS. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do 1º Congresso Online Internacional de Sementes Crioulas e Agrobiodiversidade - Dourados, Mato Grosso do Sul- v. 15, nº. 4, 2020. Disponível em: <<http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6579/4720>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

PERES, João. Exclusivo: agronegócio vive boom inédito no mercado financeiro. O Joio e o Trigo. 23 de novembro de 2021b. Disponível em: <<https://ojoioetrigo.com.br/2021/11/agronegocio-boom-inedito-mercado-financeiro/>>. Acesso em: 28 de ago. 2023.

PERES, João. O passo a passo da união entre mercado financeiro e agronegócio. O Joio e o Trigo - Jornalismo investigativo sobre alimentação, saúde e poder. 24 de novembro de 2021a. Disponível em: <<https://ojoioetrigo.com.br/2021/11/mercado-financeiro-e-agronegocio/>>. Acesso em: 12 ago. 2023.

PREFEITURA DE DOURADOS. Prefeitura de Dourados inaugura na sexta-feira Banco de Sementes Crioulas da Reserva Indígena. Dourados, 18 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.dourados.ms.gov.br/index.php/prefeitura-de-dourados-inaugura-na-sexta-feira-banco-de-sementes-crioulas-da-reserva-indigena/>>. Acesso em: 17 set. 2023.

PRIMI, Lilian. Índios na linha de produção: Frigoríficos buscam mão de obra em aldeias para trabalho com alto índices de doenças. Revista Caros Amigos, São Paulo nº 197/agosto 2013, p. 22.

QUEIROZ, Paulo R. C. Joaquim Murinho, banqueiro: Notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902). Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, 2010.

RAMOS, Vanessa. Ritmo produtivo extenuante em frigorífico da JBS causa doenças ocupacionais, diz Justiça do MS. Brasil de Fato. São Paulo, SP. 19 de Junho de 2023. Disponível em:  
<<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/19/ritmo-produtivo-extenuante-em-frigorifico-o-da-jbs-causa-doencas-ocupacionais-diz-justica-do-ms>>. Acesso em: 28 de ago. 2023.

REDE PENSSAN. VIGISAN, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021.

REDE PENSSAN. VIGISAN, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2022.

Revista Exame. Governo atual é o que mais cortou em recursos de Educação e Ciência. 2022. Disponível em:  
<<https://exame.com/brasil/governo-atual-e-o-que-mais-cortou-em-recursos-de-educacao-e-ciencia/>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

RODRIGUES, Elisângela Ronconi. Controle Biológico De *Brachiaria Decumbens* Stapf Em Área De Reserva Legal Em Processo De Recuperação, Na Região Do Pontal Do Paranapanema, São Paulo, Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Instituto de Biociências da Universidade, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 2010.

SAHLINS, Marshall. The Original Affluent Society. *In*: Stone Age Economics. Tradução: Betty M. Lafer. 1972.

SANTANA JUNIOR, J. R. Formação Territorial Da Região Da Grande Dourados Colonização E Dinâmica Produtiva. Geografia - V. 00, n. 0, jan./jun. 2009 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em:  
<<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2367>>. Acesso em: 27 de ago. 2023.

SANTOS, Gabriela Barbosa Lima e. Saúde Indígena: Práticas De Cura Na Tradição De Conhecimento Entre Os Kaiowá E Guarani Em Situação

De Acampamento No Cone Sul De Mato Grosso Do Sul. Dissertação (Mestrado Em Antropologia), Pós-Graduação Em Antropologia, Universidade Federal da Grande Dourados, 2016.

SANTOS, Sérgio Paulo Lima dos. A Compreensão Histórica, Social E Ambiental Da População Indígena Do Tekoha Jarará: Insegurança Alimentar E A Educação Como Ferramenta Libertadora. Dissertação (Mestrado Em Educação E Territorialidade), Pós-Graduação em Educação e Territorialidade, Universidade Federal da Grande Dourados, 2022.

SCHADEN, Egon. Aspectos fundamentais da cultura Guarani. São Paulo, EPU, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.

SOARES, J.A.B; PEREIRA, J. G. Diagnóstico ambiental da reserva indígena de Dourados-MS, Anais. VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Porto Alegre/RS – 23 a 26/11/2015.

SOUZA, Lauriene Seraguza Olegário e. As Donas do Fogo - política e parentesco nos mundos guarani. Tese (doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2023.

STEFANUTO, Miríam. R. R. O Frigorífico Na Aldeia: Algumas Implicações Do Trabalho Nas Indústrias De Carne Para Os Kaingang Do Toldo Chimbangue. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF, v. 11 n. 2 jul-dez. 2016.

STEFANUTO, Miríam. R. R. Quando Ainda Não É Carne: Sobre Abate, Humanos e Animais Em Um Frigorífico Do Interior Paulista. *In*: ANAIS DO SEMINÁRIO De ANTROPOLOGIA DA UFSCAR, ANO 1, São Carlos, 2014.

UENO, Alessandra. Qual o impacto do uso dos antibióticos na pecuária para a saúde humana? *Jornal da USP*. 02 out. 2023. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/radio-usp/qual-o-impacto-do-uso-dos-antibioticos-na-pecuaria-p-ara-a-saude-humana/>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

VACCARI, Glauceia. Frigorífico JBS é multado em R\$ 1 milhão por vazamento de amônia. *Correio do Estado*. 24 de abril de 2017. Disponível em: <<https://correiodoestado.com.br/cidades/campo-grande/frigorifico-jbs-e-multado-em-r-1-milhao-por-vazamento-de-amonia/302679/>>. Acesso em: 24 de ago. 2023.

VERA, Cajetano. Casa de Sementes Crioulas Guarani Tengatui Marangatui: Na perspectiva, da comunidade Indígena Jaguapiru e Bororó de Dourados/MS. *Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do 1º Congresso Online Internacional de Sementes Crioulas e Agrobiodiversidade - Dourados, Mato Grosso do Sul- v. 15, nº. 4, 2020*. Disponível em: <<http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6580/4724>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

VASCONCELOS, J.M.G. et al. Casas de sementes comunitárias: estratégias de sustentabilidade alimentar e preservação da biodiversidade no semi-árido cearense. *Cadernos de Agroecologia*, v. 6, n. 2, 2011.

VIUDES, Priscila. Índios nas páginas d´O Progresso: Representações da desnutrição infantil no jornal. *Dissertação (Mestrado em História), Pós Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009*.

WALLACE, Rob *et al*. COVID-19 and Circuits of Capital. *Monthly Review*. 01 mai. 2020. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2020/05/01/covid-19-and-circuits-of-capital/>>. Acesso em: 16 dez. 2024.

WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. *Monthly Review*. v. 50, n. 3, jul/ago. de 1998. Trad. de Lígia Osório Silva.

